



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – FACE
CURSO DE HISTÓRIA

**A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NA CRISE BRASILEIRA DE
1961 A 1964**

ANTONIO LEZUAN FERREIRA SOUZA
MATRICULA Nº. 2016540/0

Brasília/DF, 16 de Junho de 2005.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que tem como principal objetivo fazer uma releitura sobre a recente história brasileira no período de 1961 a 1964. Para isso, iremos analisar os acontecimentos ocorridos no Brasil, a partir de 1961 na visão de autores brasileiros e estrangeiros, que levaram ao golpe militar em 31 de março de 1964.

Neste contexto, buscaremos esclarecer a influência exercida pelos Estados Unidos, segundo os autores pesquisados, no movimento conspiratório para a derrubada do Presidente João Goulart do poder, e se existe um consenso entre eles sobre os fatos ocorridos, ou não, para melhor se compreender esse período de crise da recente história brasileira.

Esse trabalho, portanto, dividiremos em três capítulos distintos. Tendo em vista que a dinâmica básica da crise de 1961-1964 foi uma dinâmica brasileira, o primeiro capítulo busca apontar quais seriam, segundo os autores estudados, as causas domésticas, iniciando-se com a renúncia de Jânio Quadros ao cargo na Presidência e, em sua sucessão, a ascensão de João Goulart ao poder, um dos marcos do início da crise que só terminaria em 1964, quando os militares derrubam o governo e instalam o regime militar. O ponto 1.1, por sua vez, trata da definição acerca do levante militar que derrubou o governo Goulart, o que consideramos como um assunto pertinente já que a falta de consenso entre os autores estudados é grande, contando com duas definições concorrentes – golpe e revolução.

Como uma introdução ao contexto internacional que permeou a crise de 1961-1964, o segundo capítulo trata da colaboração do governo norte-americano junto aos conspiradores militares que, em 1964, saem vitoriosos daquele período crítico. A influência do contexto internacional de Guerra Fria – tanto na influência norte-americana quanto na do Bloco Socialista – incide sobre a dinâmica brasileira da

crise, não significando que as causas da crise brasileira daquele período fossem resultados diretos da Guerra Fria, mas sim fatores adicionais aos fatores domésticos predominantes. No caso dos Estados Unidos, essa foi uma colaboração baseada na política estadunidense de contenção do comunismo e no temor daquele país acerca da possibilidade de surgimento de mais outro governo na América Latina alinhado à Moscou, a exemplo de Cuba no início da década de 60. No ponto 2.1 deste capítulo discorreremos sobre a análise à qual nos referimos anteriormente, que propõe a deposição de Goulart ser fruto unicamente dos desígnios da intervenção dos Estados Unidos da América. A abordagem deste tópico, e a conseqüente proposta de uma análise mais ampla e não restrita à participação daquele governo, é importante à medida que abre caminho para a compreensão de que os Estados Unidos não foram os únicos que, no início da década de 1960, viram em jogo no Brasil seus interesses estratégicos.

Em seqüência tratamos, no terceiro capítulo, da visão de diferentes autores sobre os motivos que levaram ao golpe de 1964, contando para isso com duas correntes de pensamento na história atual: uma que defende a tese de conspiração internacional sobre a queda de João Goulart do poder e outra corrente, que defende a tese de que o golpe de 1964 foi decorrente das crises internas como um problema da crescente inflação que assolava o país e causava o descontentamento dos assalariados, além do enfraquecimento do governo acrescido à falta de autoridade com que se portava frente aos episódios ocorridos e a inquietação militar.

A crise tem sua dinâmica básica brasileira (SKIDMORE, 1994, p. 46), mesmo enfatizando as forças externas que teriam participado de seu desenrolar. Convém, portanto, iniciarmos, este trabalho comentando brevemente, as causas domésticas da crise que tomou lugar no país, de 1961 a 1964. Desta forma iniciamos este trabalho.

1 – A CRISE POLÍTICA E A DERRUBADA DO GOVERNO GOULART: CAUSAS DOMÉSTICAS.

A crise tem suas raízes em conflitos políticos e econômicos que tomaram lugar no período de 1961 a 1964. O final do mandato de Juscelino Kubitschek é caracterizado, entre outros fatores, pela emergência de uma alta taxa de inflação. Jânio Quadros iniciou seu governo com um programa ortodoxo antiinflacionário, mudando mais tarde sua política recessiva por uma estratégia desenvolvimentista, com resultados políticos mais favoráveis ao Presidente Quadros. Depois de sete meses de mandato, entretanto, Jânio renuncia (MACHADO PEIXOTO, 1986, pp. 355 e 356).

Goulart herda a situação econômica desfavorável. Não bastasse a crise, de posse da gravação do pronunciamento de Jango durante sua visita à China, no qual defendeu sua intenção de transformar o Brasil também numa república popular e que, para tanto, era necessário “esmagar o quadro de oficiais reacionários”, os Ministros Militares amadurecem a intenção de impedirem sua posse (AUGUSTO, 2001, p. 71). Endereçam ao Congresso um Manifesto, descrevendo Goulart como agitador notório em círculos da classe trabalhadora, acusando-o de ter concedido a agentes da Internacional Comunista posições-chave em sindicatos e de ter a intenção de promover a infiltração de comunistas nas Forças Armadas, transformando-as em simples milícias comunistas. O Congresso, pelo contrário, recusa-se a endossar o veto à posse de Goulart, e a alternativa parlamentarista, aprovada como Emenda Constitucional em 04 de setembro de 1961, é apresentada como solução para a crise (MACHADO PEIXOTO, 1986, p. 357). Parecia haver uma crença geral, mesmo entre os críticos de Goulart, em favor da obediência à Constituição, como demonstração de um avanço das idéias democráticas constitucionais desde o Estado Novo de Vargas, e os líderes militares encontravam-se relutantes em agir em direção

contrária à opinião pública, concordando então com a solução parlamentarista (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 19).

Jango igualmente concorda com a solução parlamentarista, mas, tempo depois, inicia a campanha pela volta do presidencialismo, convicto de que não poderia realizar as reformas de base sem poderes presidencialistas, e sugere – juntamente a elementos militares que o apoiavam – plebiscito popular para decidir a questão. O plebiscito termina, em 6 de janeiro de 1963, e o resultado é favorável à volta do sistema presidencialista, sendo a razão numérica de eleitores a favor da proposta aproximadamente cinco vezes superior ao número de contrários à proposta. Incentivado, o Congresso segue o exemplo e, também em janeiro de 1963, com ampla folga, revoga o Ato Adicional que havia instituído o parlamentarismo, reintroduzindo o sistema presidencialista de governo. Jango continua buscando construir uma base política forte cultivando relações com o Centro e, ao mesmo tempo, mantendo o apoio da Esquerda, através de apelos diretos ao apoio popular para as reformas de base, mobilização das massas, apoio a rebeliões de soldados e sargentos do Exército e Marinha e para as Ligas Camponesas¹ (MACHADO PEIXOTO, 1986, pp. 357-358). A situação da economia, entretanto, continua a tornar-se cada vez mais crítica, com altas taxas de inflação. O governo tentou diminuí-la através de um programa de austeridade, mas a política econômica de estabilização carecia de consistência (BLACK, 1997, p.26) e foi, por pressões dos radicais de Esquerda a ele aliados, abandonada pelo Presidente².

Neste processo, desenvolvia-se uma certa radicalização das posições acerca dos rumos do país. A tarefa de abandonar a estabilização resultou para Goulart a

¹ As Ligas Camponesas eram associações de camponeses, militantes pela reforma agrária no país, se necessário, na “marra” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 102). Nasceram de associações de trabalhadores rurais criadas no Pernambuco, estendendo-se posteriormente a outras regiões do Brasil, sendo criadas, de fato, em 1955, ganhando notoriedade principalmente a partir de 1960 (ROLLEMBERG, 2001, p. 21). Enquanto o prestígio e atuação das Ligas aumentava, crescia também a preocupação acerca do que as Ligas Camponesas seriam focos de guerrilha comunista no país. É considerada como uma das precursoras do Movimento dos Sem-Terra (MST).

² Wesson e Fleischer argumentam, ainda, que a política de estabilização requeria paciência, disciplina, um senso de prioridades econômicas e vontade de arriscar o descontentamento popular por um objetivo ao longo prazo, ou seja, nenhuma das virtudes que, segundo os autores, eram características de Goulart (1983, p. 19).

união de grande parte das classes alta e média contra seu governo, enquanto, por outro lado, não resultou num aumento de apoio junto à esquerda (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 19). Análises sobre o período que contam com componentes marxistas, sempre atentas ao que consideram uma constante oposição entre o “capital” e o “trabalho”, afirmam que a tensão entre o “proletariado” e os “proprietários” amplificou-se, e desenvolveu-se, no período, um episódio próprio da luta de classes (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 204). Enquanto a desvalorização de salários, segundo Black, fazia com que a classe média temesse estar sendo proletarizada³, alguns oficiais militares viam os últimos desenvolvimentos como um mergulho em direção ao comunismo (BLACK, 1997, p. 23). A derrocada salarial prejudicava diretamente os militares que dependiam exclusivamente dos rendimentos profissionais. A oposição ao governo Goulart aumentava, enquanto crescia o movimento oposicionista não só militar, mas civil. De um lado, os militares, divididos em duas correntes principais, a dos “conspiradores históricos”, a princípio impotente, mesmo que segura de que a derrubada do governo Goulart deveria ser empreendida assim que surgisse a oportunidade; e uma segunda corrente, de “jovens oficiais” dos escalões intermediários, muito mais numerosa embora, segundo Pedreira, menos segura do que deveria fazer, que foi se formando na medida em que, como membros da classe média, recebiam estímulos adicionais para o oposicionismo, uma vez que se sentiam diretamente afetados pelas medidas adotadas pelo governo Goulart. Crescia em paralelo, igualmente, a oposição civil, vinda de Lacerda, Adhemar de Barros, Armando Falcão e outros líderes adversários de Goulart (PEDREIRA, 1964, pp. 15-16).

A junção das oposições civil e militar, porém, foi dificultada, uma vez que alguns dos oposicionistas civis eram candidatos fortes à Presidência em 1965, e quanto mais se destacavam na luta contra o governo, mais se animavam com as suas próprias possibilidades eleitorais. Desta feita, sentiam-se, de um modo geral,

³ Do termo *proletarianized* utilizado pela autora.

protegidos pelo regime e, ademais, esperançosos sobre a perspectiva de vitória eventual no pleito de 1965. Sua oposição era essencialmente defensiva, visando evitar um eventual golpe do adversário Goulart sem com isso favorecer a ação dos conspiradores militares, que, ao derrubarem o governo, poderiam acabar com suas intenções eleitorais (PEDREIRA, 1964, pp. 15-16).

A oposição militar, por sua vez, cresceu em audácia, coesão e segurança de movimentos nos doze meses que precederam à derrubada do governo. Em abril e outubro de 1963, Goulart alimentaria mais uma vez as críticas de seus opositores militares. Em 4 de abril daquele ano, seria feita a intervenção simultânea na Guanabara e em Pernambuco, referentes a desordens que estariam programadas pelos oposicionistas no Rio, frustrada por recusa do General Osvino Alves, então Comandante do I Exército. Nos primeiros dias de outubro, uma força-tarefa de pára-quedistas teria recebido instruções não-oficiais para consumir um atentado contra Lacerda, governador da Guanabara, ao mesmo tempo em que tropas do IV Exército, no Recife, ocupavam ruas centrais da cidade e as imediações do palácio das Princesas, a fim de “atemorizar” o Governador Miguel Arraes, o que teria sido igualmente frustrado, por resistência dos próprios oficiais pára-quedistas, entre os quais o Coronel Boaventura Cavalcanti, que mais tarde denunciaria a operação (PEDREIRA, 1964, pp. 13 e 14).

As oposições civil e militar viriam a se aproximar somente no início do último trimestre de 1963, ganhando impulso com a crise do Estado de Sítio, iniciada em 5 de outubro de 1963, quando Goulart, então, requer a declaração de Estado de Sítio, voltando atrás dois dias depois, em razão dos protestos vindos tanto da esquerda quanto da direita (BLACK, 1997, p. 26). As duas ramificações da oposição, civil e militar, eram apoiadas pelos setores inseguros e desconfiados com o governo Goulart, ou seja, as camadas decisivas da classe média, os fazendeiros e agricultores, e os grandes interesses do comércio e da indústria (PEDREIRA, 1964, pp. 11 e 12).

O envolvimento de Jango com lideranças comunistas teria sido a principal causa da intervenção militar em 1964, já que, vendo a aproximação do Presidente Jango a estes líderes, os conspiradores imaginavam ser Goulart o protagonista de uma eventual revolução comunista no país, ou pelo menos que estaria abrindo, por negligência, as portas do país ao comunismo. Nestes entendimentos desempenhou papel principal a doutrina da Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), influenciada pelo modelo da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos⁴. Na doutrina ensinada na ESG, contava a teoria da “guerra interna”, introduzida por ocasião da Revolução Cubana, que postulava que a principal ameaça à segurança do país não viria de invasão externa, mas sim de forças domésticas, a saber: os sindicatos trabalhistas de esquerda, os intelectuais, as organizações de trabalhadores rurais, o clero e estudantes e professores universitários, que, nesta condição de representarem ameaça à segurança nacional, deveriam ser, através de ações decisivas, neutralizados ou extirpados. (SKIDMORE, 1988, p. 22). Sendo assim, Jango, por seu curso em direção à esquerda e sua aproximação a líderes comunistas, poderia ter que ser, igualmente, neutralizado.

A causa disso teria sido que João Goulart, mesmo não tendo uma ideologia própria, diante da oposição a ele erguida, buscou cada vez mais apoio junto às massas que o aplaudiam, como forma de pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base. Suas propostas incluíam um programa de reforma agrária, o direito de voto dos analfabetos, legalização do Partido Comunista Brasileiro, reforma tarifária e bancária, e legislação antitruste; tentava, assim, manter contato com os movimentos populares (BLACK, 1997, p. 26), mesmo sendo ele mesmo um grande dono de terras, ou seja, diretamente afetado, segundo WESSON e FLEISCHER, por uma eventual reforma

⁴ A ESG, estabelecida formalmente em 20 de agosto de 1949, foi concebida como uma combinação entre os conceitos de ambas escolas norte-americanas, a Escola Industrial das Forças Armadas, cuja preocupação principal consistia na mobilização de recursos para a guerra, e a Escola Nacional de Guerra, com esforços voltados à política externa, com ênfase maior sobre aspectos internos do desenvolvimento e da segurança, sendo o Brasil um país ainda subdesenvolvido. A participação de civis foi também maior no caso brasileiro, de forma a buscar a formação de todos os que poderiam influenciar o governo. Com a ascensão de Fidel Castro e a revolução cubana, e a expansão de doutrinas revolucionárias, desempenharam função importante, no curso da ESG, o temor ao comunismo, o desenvolvimento de doutrinas de contra-insurreição e a convicção da necessidade de uma mudança básica para evitar a revolução (STEPAN, 1975, pp. 127-130).

agrária. O apoio veio principalmente dos sindicatos, nos quais, diferentemente do que tomou lugar no governo Kubitschek – que se preveniu de tal possibilidade –, líderes comunistas conseguiram chegar a posições de comando, enquanto Jango radicalizava seu discurso, cada vez mais em direção à esquerda, de modo a encarar a competição e manter a lealdade e apoio dos trabalhadores (WESSON; FLEISCHER, 1983, pp. 19-20).

Nos últimos meses de governo Goulart, a nação encontrava-se imersa em recorrentes greves e agitações nos sindicatos trabalhistas. Desta feita, o Brasil experimentava um crescimento per capita negativo (-1,5% em 1963) e à beira de uma hiperinflação (mais de 100% no trimestre) (SKIDMORE, 1973, p. 4). Para alguns dos membros do alto escalão militar, este era outro sinal de uma eventual comunização do Brasil, tendo em vista a declaração bem anterior de Lênin de que a inflação monetária era um “aliado precioso do comunismo em países capitalistas” (BLACK, 1997, p. 23). Enquanto a economia caía em espiral, devido à produção desenvolvida por poucos diante da demanda de muitos, a crise foi agravada diante do congelamento da concessão de crédito financeiro ao Brasil por instituições financeiras ocidentais, diante da desconfiança acerca da economia brasileira e dos rumos que o país tomava.

Não bastasse a oposição montada pelos ministros militares à posse de Jango devido à, segundo argumentavam, subordinação de Goulart ao comunismo, nos líderes militares crescia a oposição ao governo Goulart, resultado do que consideravam a incitação da insubordinação militar por parte do Presidente. O Congresso, igualmente, montava oposição às propostas de reforma de Goulart, regularmente evitando somar quorum suficiente para as votações, de modo a impedir a formação da maioria necessária à aprovação de legislações importantes. O Presidente, entretanto, mantinha a certeza e confiança não só no apoio popular ao seu governo, mas também no dispositivo militar a ele leal – que estaria disposto a defendê-lo no caso de uma tentativa de depô-lo – não hesitando, por isso, em

participar do Comício em frente ao edifício do Ministério da Guerra, em 13 de março de 1964, presenciado por 120 mil pessoas; e da reunião de sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março do mesmo ano, na qual as Forças Armadas brasileiras foram descritas como o aparente endosso do Presidente, como um “chicote maldito para escravizar o povo brasileiro” (MACHADO PEIXOTO, 1986, p. 358-359).

Em vista do comparecimento de Goulart à reunião dos sargentos no Automóvel Clube e as últimas declarações do Presidente, o General Olympio Mourão Filho, então, decide acelerar o levante militar (MOURÃO FILHO, 1978). Castelo Branco tentou, ainda, postergar a insurreição para quando os preparativos estivessem completos, mas era tarde demais (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 24). As tropas cruzam Minas Gerais, desde Juiz de Fora e Belo Horizonte, em direção ao Rio de Janeiro e Brasília no último dia de março daquele ano. Nascia daí a tomada de poder que iniciou as duas décadas de regime militar, considerada por alguns como a “instalação (...) da feroz, intolerante e criminosa ditadura militar” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 10), enquanto aclamada por outros como “a mais decisiva vitória pela liberdade em meados do século XX” (GORDON, apud COUTO, 1999, p. 173).

Enquanto Mourão Filho e membros do alto escalão das FFAA punham em marcha suas tropas com destino a Brasília, Jango viu perder seu apoio, fugindo então para o Rio Grande do Sul numa última tentativa de montar um movimento de resistência ao levante militar e voltar ao Planalto.

1.1 – 1964: Golpe ou Revolução?

A deposição de Goulart, entretanto, carece de uma ampla concordância acerca de sua definição. Enquanto que, para descrever a conspiração militar que derrubou Jango, alguns aplicam o termo golpe (notadamente os que mantêm opinião negativa

acerca do episódio), é também comum o uso de revolução pelos que compartilham argumentação contrária, favorável à deposição de Goulart.

Utilizar a definição de golpe pressupõe que o objetivo da conspiração militar era a tomada do poder. As intervenções dos militares na política brasileira, entretanto, para Machado Peixoto, sempre foram, por tradição, empreendidas com um viés de poder moderador. O regime militar instaurado após 1964 (ou seja, os militares buscando para si o papel de dirigentes), constitui exceção no histórico das intervenções militares na história do Brasil (MACHADO PEIXOTO, 1986, p. 355).

Porém não seria esta a intenção inicial da derrubada de Goulart, uma vez que, segundo D'Araújo, Dillon Soares e Castro, o General Castelo Branco e os castelistas buscaram fazer desta um processo transitório e breve, o que não aconteceu devido à suplantação gradual dos militares castelistas pelos de linha dura⁵. O grupo da Sorbonne, agrupada em torno de Castelo Branco, desejava uma intervenção rápida encerrando-se com a devolução do poder aos civis, enquanto gradualmente os costistas, ao redor do General Costa e Silva, teriam aumentado a disposição em radicalizar o regime, até imporem a sucessão de Castelo Branco por Costa e Silva (D'ARAÚJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, pp. 19-20). Outra argumentação refere-se à quebra do padrão “moderador” das intervenções militares na política brasileira resultante da expansão das doutrinas de guerra revolucionária no final da década de 50 e na década de 60, principalmente pelo “exemplo cubano”, e a percepção de que a estratégia da guerra revolucionária envolvia todos os níveis da

⁵ Também o General Emílio Garrastazu Médici, Presidente durante os chamados *anos de chumbo* do final da década de 60 e início da década de 70, onde os militares enfrentaram maior oposição por parte dos grupos revolucionários e onde a repressão resultou na suspensão de direitos e garantias individuais, argumentou que a própria repressão, que atingiu então força antes nunca vista no território nacional, foi empreendida unicamente para possibilitar a abertura política efetiva, que só foi iniciada no governo sucessor, do General Ernesto Geisel. Nas palavras de Médici, era sua intenção iniciar a abertura política durante seu governo, o que teria sido impossibilitado devido à ação da guerrilha urbana. Ainda, em entrevista, Médici afirma que buscou antes deixar a repressão a cargo da polícia, mas, ao constatar que os vitimados nos ataques da guerrilha atingiam apenas militares e não policiais (principalmente depois do episódio ocorrido em julho de 1972, quando o major Júlio César Toja Martinez foi morto em uma operação de repressão), Médici teria decidido que “Nós estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos”. Não nos cabe aqui, entretanto, abordarmos o assunto nesta monografia. Mais sobre os argumentos do ex-Presidente Médici em SCARTEZINI, A.C. **Segredos de Médici**. São Paulo: Marco Zero, 1985. A linha geral das análises sobre o governo Médici, entretanto, seguem conforme as linhas utilizadas por Eduardo Bueno ao descrever o período, ao afirmar que “Médici faria o país retroceder aos tempos do Estado Novo (...) Médici enterrou outra vez as esperanças de redemocratização do país”. Mais sobre esta análise, discordante da primeira, em BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 1997. p. 259

sociedade, implicando, desta forma, uma expansão no papel dos militares e na crença de legitimidade destes novos papéis, ao contrário de uma situação anterior, na qual os militares não criam ter legitimidade para governar (STEPAN, 1975, p. 128).

Por outro lado, a denominação de revolução nos deixa a impressão de que a derrubada de Jango teria sido conseqüência de um amplíssimo movimento popular, relegando à sociedade civil o papel principal na derrubada de Goulart e retirando, assim, das mãos dos militares sua caracterização de protagonistas no levante. Pressupõe, de certa forma, a existência de um plano de governo, ideológico ou de qualquer outro tipo, por parte dos conspiradores. Esta idéia pode ser contra-argumentada segundo os depoimentos coletados por D'Araujo, Soares e Castro, a conspiração “foi ‘contra’, e não ‘a favor’ de algo. A questão imediata, segundo a maioria dos relatos, era tirar Jango e fazer uma ‘limpeza’ das instituições. A maneira de fazê-lo seria pensada e estruturada a posteriori” (D'ARAÚJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 18).

As definições de golpe ou revolução, portanto, parecem sugerir caminhos diametralmente opostos, bem como trazem consigo todo um conjunto de outras idéias e conceitos – negativos e positivos, respectivamente – que, por sua vez, influenciam ao leitor uma conclusão favorável ou desfavorável à derrubada de Goulart e instalação do regime militar – mesmo que o mais comum nos meios acadêmicos seja o termo golpe. Nenhum dos dois, golpe ou revolução, portanto, será aqui utilizado. Utilizar-se-á, na maioria dos casos, a expressão genérica derrubada de Goulart ou similares, mesmo que, em nossa opinião, uma solução à controvérsia seria uma terceira definição, baseada no que seria o caráter inicial da conspiração militar, ou seja, a definição de 1964 como um contra-golpe.

De toda feita, não eram somente os militares que, em vista do que argumentavam ser a comunização do país, viriam a desenvolver como objetivo principal a derrubada do governo João Goulart. Também vislumbrando o que aos

seus olhos também seria o destino brasileiro, o governo estadunidense tem em mente a teoria do dominó, postulando que a onda revolucionária vermelha se irradiaria a partir de Cuba para o resto do Continente e, caso se reproduzisse com sucesso no Brasil – uma Cuba continental – seria impossível detê-la (MIR, 1994, p. 21). A seguir, trataremos da participação americana, uma das forças estrangeiras que, adicionada à dinâmica predominantemente doméstica da crise, contribuiu, através do apoio garantido aos conspiradores, para a deposição de Goulart.

1.2 – 1964: Como um Contra-Golpe?

Como dissemos no ponto 1.1 deste trabalho, a discussão acerca da definição de 1964 passa longe de um consenso. Talvez um meio-termo mais correto entre as duas definições, a de golpe e de revolução, fosse a definição contra-golpe. Para José Osvaldo de Meira Penna, o mais correto seria “considerá-lo um movimento restaurador da autoridade, destinado a [1] impedir a absorção do país pela esfera de influência soviética [que os conspiradores acreditavam estar acontecendo] e [2] colocar em bases mais racionais e ordeiras o processo acelerado de modernização e desenvolvimento em que se empenhava no que, essa sim, pode ser corretamente denominada de revolução industrial” (MEIRA PENNA, 1997, p. 44). O ponto [1] refere-se à comunização do país que, aos olhos de líderes militares, orientados pela doutrina de Segurança Nacional (notadamente anticomunista), estaria acontecendo no país, à medida que Goulart, enfrentando críticas dos ramos conservadores, buscava refúgio e apoio nos sindicatos e líderes comunistas. O ponto [2] respeita ao caráter modernizador que, segundo argumenta Fiechter (1974), tomou lugar durante o regime militar, ao suplantando o modelo anterior, de caráter populista.

O desfecho da crise de 1964, a derrubada de Goulart e a instauração do regime autoritário militar no Brasil, teria resultado de um movimento destinado a abortar uma movimentação golpista que, aos olhos dos conspiradores, estaria em marcha no Brasil. Teria sido concebido, portanto, como uma batalha de contra-ataque e, assim, um movimento contra-golpista. A discussão de que se um golpe pela parte de Jango estaria sendo posto em prática ou não, porém, é longa demais para ser empreendida nesta monografia. A definição basear-se-ia apenas no fato de que os conspiradores mantinham a sensação – e por sensação entendem-se argumentos antes subjetivos do que objetivos, sendo bastante controversos e sobre os quais existe pouquíssimo consenso entre os autores estudados – de que ações golpistas vindas de Jango e aliados estariam sendo postas em prática. Daí decorria a concepção deste plano conspiratório, disposto a abortar estas ações, como contra-golpista, unicamente pelo fato de ter sido concebido com este fim, segundo a argumentação e justificativas estudadas dos líderes da conspiração. A situação poderia ser mais bem resumida fazendo uso das palavras de D'Araújo, Soares e Castro, quando argumentam que, para os conspiradores, “1964 é visto como um contragolpe ao golpe de esquerda que viria, provavelmente assumindo a feição de uma ‘república sindicalista’ ou ‘popular’” (D'ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 12).

Os dois fatores que caracterizariam, em especial, o movimento conspiratório militar como contra-golpista segundo a argumentação dos próprios envolvidos em seu planejamento ou execução seriam: (a) ter sido concebido com o objetivo primeiro abortar o que, aos seus olhos, tratava-se de um golpe de Estado partido de Jango e seus aliados que, nesse contexto, era então tido como provável não só pelos militares à frente da conspiração, como também pelos próprios aliados de Goulart; e (b) planejado igualmente com vistas a restaurar a autoridade das instituições que, segundo os militares à frente da conspiração, estariam sendo ameaçadas pelo próprio líder de governo, enquanto este pregava o caminho revolucionário com vistas à realização das reformas de base e instauração de uma República Sindicalista, um

caminho revolucionário que, segundo aliados de Jango, deveria ser feito “na lei ou na marra” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 102). Ao referir-nos às instituições, pode-se depreender que a mais fragilizada aos olhos destes militares era notadamente a própria instituição militar, que, do seu ponto de vista, encontrava-se desgastada pelo incitamento, por parte do Presidente, à subversão nas fileiras das Forças Armadas – como, por exemplo, no episódio do jantar oferecido pelos sargentos Automóvel Clube, tido como a gota d’água para a deflagração da deposição de Jango⁶.

A procedência das suspeitas dos militares no que se refere aos dois fatores, entretanto, igualmente passa longe de um consenso por parte dos historiadores que utilizamos como referência. Todos estes motivos apontados pelos militares são, como dito anteriormente, antes subjetivos do que objetivos, uma vez que se baseiam mais em sensações do que em fatos propriamente ditos. Portanto, não nos cabe aqui, neste ponto, discutir se eram procedentes ou não as suspeitas dos conspiradores, mas apenas apontar alguns dos indícios e suspeitas que os levariam a chegar a esta conclusão. Assim, como é nosso objetivo apenas apontar os argumentos que, segundo os conspiradores, provariam o que seria uma intenção golpista de Jango e, portanto, justificariam a sua derrubada, algumas das referências das quais faremos uso neste capítulo vêm de autores que participaram no levante, tal como o diário do General Mourão Filho, bem como de obras publicadas durante o período militar, antes da anistia promovida em 1979, como uma das referências do historiador Hélio Silva, publicada em 1978, ou a obra de Pedreira, do próprio ano de 1964, posterior ao referido 31 de março.

De todo modo, como dito por Edmundo da Luz Pinto, “nossa República nasceu de gota militar” (apud MOURÃO FILHO, 1978, p. 52). Golpes e ditaduras são recorrentes na História brasileira. A República não foi proclamada, mas nasceu,

⁶ Depoimentos que apontam para este fato podem ser encontrados tanto nas memórias do General Mourão Filho quanto no livro “Visões do golpe: a Memória Militar sobre 1964”, já citados previamente nesta monografia. Outros episódios incluem o comício na Central do Brasil, a revolta dos sargentos, em 1963, e a dos marinheiros e fuzileiros navais, em março de 1964. Há alguma concordância a respeito de que a situação, para os militares, teria se tornado insuportável, na medida em que a “subversão” atingiu as Forças Armadas em dois de seus fundamentos básicos, ou seja, a disciplina e a hierarquia. Sobre isso, ver os livros citados.

sim, da prisão do Visconde de Ouro Preto e o banimento do Imperador. Seguiram-se alternadas ditaduras autocráticas, nos levando ao passado mais anterior à década de 60: em 1930 Vargas sobe ao poder através da revolução, liderada por militares. Em 1935 há a fracassada tentativa da Intentona Comunista. O golpe ocorre novamente em 1937, e o Estado Novo de Vargas só termina através de outro golpe. Há ainda o impedimento do Vice-Presidente Café Filho, do Presidente do Senado Federal, Nereu Ramos e a impugnação da posse de Kubitschek (SILVA, 1985).

Segue-se o que teria sido uma tentativa golpista de Jânio Quadros. Explica-se: o golpe teria sido tentado, igualmente, pelo próprio Jânio Quadros em 1961, quando, visando ser reconduzido ao governo pelo povo e com poderes ampliados, renunciou ao mandato de presidente numa sexta-feira, fim de semana parlamentar, enquanto o Vice-Presidente Jango, o outro “Jan” da chapa Jan-Jan, se encontrava em viagem oficial à China (SILVA, 1978, 123).

No prefácio de seu livro de memórias, o General Olympio Mourão Filho, um dos líderes da conspiração militar, responsável pelo adiantamento da data do levante para o dia 31 de março, inclui o que seria esta malfadada tentativa de Quadros na seqüência de crises brasileiras, chamando-a de “tentativa de golpe mascarada de renúncia” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 17).

De toda forma, a denúncia sobre um eventual golpe de Jânio foi pela primeira vez feita com estardalhaço em 24 de agosto de 1961, pelo então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, adversário do Presidente Jânio Quadros. Na oportunidade de sua renúncia, muito se falou que Jânio enviara João Goulart à China comunista de modo a incompatibilizá-lo e impedi-lo de assumir a Presidência imediatamente (SILVA, 1978, p. 123).

O próprio Jânio teria admitido a tentativa golpista falha. Nas que seriam as palavras de Quadros, proferidas em diálogo reservado a Jânio Quadros Neto, “tudo foi muito bem planejado e organizado. Mandeí o Jango Goulart em missão oficial à

China, no lugar mais longe possível, assim ele não estaria no Brasil para assumir ou fazer articulações políticas. (...) Eu acreditava que não haveria ninguém para assumir a presidência. Pensei que os militares, os governadores e principalmente o povo nunca aceitariam a minha renúncia e exigiriam que eu ficasse no poder” (QUADROS NETO e BOTELHO GUALAZZI, 1996, p. 45)⁷.

Com a decisão de pedir a renúncia em momento no qual Jango estaria impedido de sucedê-lo, distante milhares de quilômetros – além de acontecer num fim-de-semana parlamentar, Jânio assim teria tempo e condições de ser reconduzido à Presidência “na crista de uma manifestação popular, que lhe daria, de fato, plenos poderes” (SILVA, 1978, p. 123).

O vislumbre desta tática golpista por parte do Ex-presidente Quadros seria antiga. No período no qual visitou Cuba a convite de Fidel Castro, depois de Quadros relançar sua candidatura à Presidência, Jânio teria comentado com admiração tática semelhante utilizada por Castro, de renúncia e conseqüente volta ao cargo, após aclamação e apelo popular (MIR, 1994, pp. 34 e 35). O próprio Jânio havia renunciado e, ao relançar sua candidatura, retornou com maior força ao pleito. O golpe de Quadros visava se tomarmos como verdadeiras estas que seriam as palavras do próprio Ex-presidente, contornar a situação de ingovernabilidade em que se encontrava Jânio Quadros, sofrendo oposição tanto da direita, com Lacerda como ponta-de-lança, com críticas à Política Externa de Quadros⁸, bem como da esquerda, por sua política econômica recessiva (QUADROS NETO e BOTELHO GUALAZZI, 1996, pp. 83-86).

Mas antes disso, João Goulart, que havia concorrido na chapa do Marechal Lott e terminou eleito para a Vice-Presidência de Jânio, já teria, segundo acusações

⁷ O diálogo está disponível igualmente em MORAES NETO, 1997, p. 83-86

⁸ A Política Externa do governo Quadros, intitulada de “Política Externa Independente” (PEI), sob o exercício de Afonso Arinos de Melo Franco, e continuada, depois da renúncia e instituição do parlamentarismo, por San Tiago Dantas. A PEI disse pregar o pragmatismo do Brasil em suas relações internacionais, evitando-se o alinhamento aos blocos que então dividiam o mundo, em plena Guerra Fria, suscitando críticas de grande parte dos políticos da UDN e de Lacerda, em especial, por sua tentativa de reestabelecer as relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas desde 1947 (CERVO; BUENO, 1992, pp. 281-286)

de seus críticos, ambicionado chegarem ao poder pelas vias de um golpe de Estado. Antes de sua eleição como Vice-Presidente, durante sua batalha pela posse e depois de assumir o cargo, Jango teria buscado, igualmente, a alternativa golpista. O Ex-presidente Goulart teria planejado o golpe de Estado em pelo menos três momentos distintos. Desta feita, aos olhos dos conspiradores, os dois momentos anteriores teriam funcionado como precedentes para agravar a sensação que tinham de que Jango estaria planejando um eventual terceiro golpe.

O primeiro momento em que a alternativa golpista teria sido sondada dataria de antes das eleições que o levaram à Vice-Presidência, com vistas a ocupar o lugar do então Presidente Kubitschek e realizar as chamadas reformas de base. A denúncia foi feita apenas em 22 de novembro de 1963 pelo então Deputado Federal Armando Falcão, que fora também Ministro da Justiça do governo de Juscelino Kubitschek.

Segundo Falcão, a intenção de Jango em liderar um golpe de Estado era anterior à sua assunção à Presidência, visando afastar a candidatura do Marechal Lott. O plano, de princípios de 1960, envolveria o então Comandante do III Exército, General Osvino Ferreira Alves e o então Governador Leonel Brizola. “O plano visava a implantação de um governo de fato, representado por uma junta militar, chefiada pelo Gen. Osvino” (SILVA, 1978, p. 297).

O plano, no qual recusaria participação do General Osvino Ferreira Alves, evitaria as eleições que viriam a eleger Jânio Quadros nas quais Jango era companheiro de chapa do próprio Marechal Lott. Falcão, o autor da denúncia, dizia ter sido chamado para conversas com o Governador Leonel Brizola e João Goulart, quando teriam tentado convencê-lo de que, na ocasião, se “deixarem que haja eleição, Jânio está eleito e toma posse. Golpe depois da eleição não se faz mais. Temos que evitar o pleito” (SILVA, 1978, p. 297).

A ordem de partida para o plano golpista seria dada logo após uma viagem do então Presidente Kubitschek a Portugal, segundo continua a denúncia de Falcão,

quando ainda Ministro daquele governo, pelo próprio Goulart, então candidato à Vice-Presidência. Procurado em sua residência, Falcão teria ouvido do próprio Goulart que este "não concordava mais em ser candidato à Vice-Presidência, desistia da viagem a Montevideu e queria assumir a Presidência da República" (SILVA, 1978, p. 298).

A estratégia era nas palavras de Jango e segundo Falcão, "com a candidatura Lott vamos todos para a desgraça. A solução é esta: assumo o governo, você, Falcão, neutraliza o Ministro [da Guerra] Denys ; faz-se uma greve geral no Rio e em São Paulo e o Brizola vem do Sul com o Gen. Osvino à frente da tropa. Aqui instalamos uma junta militar amiga. Fazemos as "reformas de base" e dentro de uns dois ou três anos o Juscelino pode voltar" (SILVA, 1978, p. 298).

Esta denunciada tentativa de golpe, porém, fracassou. Kubitschek, comunicado pelo Ministro Falcão a respeito dos planos de Goulart, cancelou a viagem a Portugal e enviou Jango para representar o Brasil em conferência internacional em Genebra. Teria sido desmontada, assim, uma eventual primeira tentativa golpista de João Goulart (SILVA, 1978, p. 298).

O segundo teria ocorrido logo depois da renúncia de Jânio e da oposição montada pelos Ministros Militares à posse de Jango. Seguimos então com a linha cinética das que seriam tentativas golpistas para os conspiradores: depois da renúncia de Quadros, os Ministros Militares lançam Manifesto contra a posse de João Goulart. O Manifesto, de 30 de agosto de 1961, apontava o que os Ministros Militares entendiam ser o perigo que o passado de João Goulart e "suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes no meio sindical" representava à nação caso sua posse se efetivasse.

Depois de proposta a alternativa parlamentarista, igualmente malfadada, Jango e aliados teriam planejado um golpe para garantir a volta ao presidencialismo, pois viam no sistema parlamentarista amarras que tiravam de Goulart o poder para realizar

as reformas de base. Buscou, assim, a volta para o sistema presidencialista, através da campanha pela realização de plebiscito popular para decidir a questão. Um dos argumentos era o de que a Emenda nº 4, que instituíra o parlamentarismo, não tinha legitimidade para Goulart, pois ele tomara posse como Vice-Presidente eleito pelo voto direto, em regime presidencialista. Para Mourão Filho, permitir a posse de Goulart como sucessor legal de Jânio Quadros foi “erro crasso dos constitucionalistas políticos”, uma vez que, suprimido o regime presidencialista, a linha de sucessão ficaria naturalmente interrompida. O certo para Mourão Filho teria sido, portanto, eleger, por voto indireto, Goulart como o primeiro Presidente do novo regime que se instalava (MOURÃO FILHO, 1978, p. 46).

Ainda para Mourão Filho, neste meio termo, enquanto Goulart e aliados buscavam acelerar a realização do plebiscito para a volta ao sistema presidencialista, “O General Amaury Kruel, Chefe do Gabinete Militar da Presidência, [articulava] o golpe de Estado com o fechamento do Congresso e a edição de um Ato Institucional, fazendo ditador o Sr. Goulart” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 46).

Este segundo plano golpista de Jango teria sido por ele percebido em 10 de fevereiro de 1962, durante visita a Santa Maria – RS⁹. Mourão Filho teria participado, então, de jantar na casa do General Osvino que contou também com a presença de Brizola. Segundo o relato de Mourão Filho, o plano golpista seria assim desenhado:

a) Campanha intensa pelo plebiscito para a volta do presidencialismo;

Campanha intensa para a obtenção das reformas de base, das quais a principal é a Reforma Agrária (...);

⁹ O relato do General Mourão Filho segue “[Quando em Santa Maria – RS] Brizola chegou no mesmo dia e fui recebê-lo no Aeroporto. (...) eu havia recebido um rádio do Penha Brasil solicitando-me que hospedasse o número possível de delegados da FARSUL num dos meus quartéis, pois haveria uma Convenção da entidade. (...) A Convenção seria perturbada pelos estudantes e comunistas, pois segundo eles, a reunião seria para articular a defesa dos fazendeiros contra a ameaça de invasão de suas terras (...) o movimento dos ‘sem terra’ era articulado por Brizola e que o Cel. Prado era o executivo dele na tarefa de reunir invasores e acampá-los na frente das estâncias. Até então, eu estivera meio alheio aos fatos, julgando que se tratava de casos isolados (...) Mas caíram-me as vendas dos olhos e comecei a enxergar. Tive a sensação de que estava dormindo e acordara. Então, não eram simples ocorrências. Ao contrário, um grande plano articulado e em marcha, para subverter a ordem (...) em todo o Brasil. Nem mais nem menos do que

Abordaram também a questão da elegibilidade dos Sargentos e dos soldados e a extensão do voto aos soldados e aos analfabetos. (...)

Falaram francamente em obter as reformas e o plebiscito “na marra”, se preciso. (...)

Só então o General Mourão Filho, segundo argumenta, teria ficado “disposto a começar uma contra conspiração para impedir que uns loucos furiosos transformassem esse país numa fogueira” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 102).

Finalmente, o que seria uma terceira movimentação golpista: depois de eleito, o golpe de Estado seria engendrado a partir do próprio gabinete do Presidente da República, auxiliado por aliados nacionalistas, liderados pelo ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e seus grupos dos onze¹⁰; enquanto alguns dos líderes comunistas, como Prestes, teriam, gradativamente, passado a ver em Jango o líder ou a ponta-de-lança para o desenrolar da revolução vermelha no Brasil.

Os dois momentos que precederam a assunção de Jango ao cargo de Presidente da República funcionaram, aos olhos dos conspiradores, como precedentes perigosos às instituições, contribuindo para que pensassem que esta terceira movimentação golpista, por parte de Jango, estaria sendo posta em marcha. Argumentava-se, baseado nos dois primeiros momentos, que Goulart seria propenso à solução golpista (SILVA, 1978, p. 298). O movimento de 1964 buscava, nos planos dos conspiradores, portanto, abortar esta última movimentação golpista, que avançaria em consecução aos planos de Jango e aliados, tanto os nacionalistas quanto os comunistas.

um grande e vasto plano de subversão em todo o Brasil. Brizola era cunhado do João Goulart! Acordei. Resolvi me aprofundar mais na causa” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 101-102).

¹⁰ Em seus pronunciamentos de rádio, Brizola pregava a organização de grupos que, unidos, formariam um “Exército Popular de Libertação”. Nestas oportunidades, Brizola comparava tais grupos a equipes de futebol, por isso o nome *grupos dos onze* (G11). Os G11 chegaram a contar inclusive com documentos como o intitulado “Instruções Secretas”, assinado pelo “Comando Supremo de Libertação Nacional”, instruindo os membros a buscarem compor-se apenas de “autênticos e verdadeiros revolucionários, destemerosos com da própria morte” (AUGUSTO, 2001, pp. 110-112). Abordaremos mais adiante, outra vez, a definição do Grupo dos Onze.

Leonel Brizola, no período, teria freqüentemente se mostrado disposto a seguir pela alternativa golpista. Para Jacob Gorender, Brizola ambicionava, ele mesmo, a Presidência da República. Decide lançar sua candidatura às eleições de 65, com o slogan “Cunhado não é parente”, referindo-se ao impedimento constitucional contra a candidatura ao cargo por parte de parentes de Goulart, que passaria o cargo ao candidato eleito, enquanto o próprio Jango buscava a reforma constitucional de modo a se reeleger (MIR, 1994, p. 125). Ainda sim, um eventual golpe de Estado liderado pelo presidente João Goulart, que parecia iminente para Brizola, seria aproveitado, pelos seus grupos dos onze, como início de uma revolução em território nacional.

Os grupos dos onze foram meios encontrados por Brizola, inspirado na formação clássica do grupo de combate do Exército, para a implementação do caminho revolucionário, enquanto, segundo Luís Mir, aspirava ser o novo Fidel Castro da América Latina (MIR, 1994, p. 85). Seu apoio militar era sólido, contando com aproximadamente 25 mil sargentos organizados pelo brizolismo que estariam, para o próprio Brizola, habilitados a enfrentar, numérica e politicamente, os 15 mil oficiais das três armas (MIR, 1994, p. 85). Para o Comando Nacional desses futebolísticos grupos dos onze de Brizola, um golpe vindo do próprio Jango e dos movimentos esquerdistas a ele aliados era mais provável que um eventual golpe direitista (GORENDER, 1999, p. 67)¹¹. Igualmente, segundo relatório secreto da Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana, Brizola pressionava Goulart ao golpe enquanto Jango, mesmo dizendo não aceitar o ultimato brizolista para o golpe, acreditava ser a tomada de poder a única saída para a crise, planejando um golpe de Estado com a justificativa de fazer as reformas de base ou outros slogans populares, exercendo o controle da situação através da União Nacional dos

¹¹ Gorender afirma que “No dia 24 de março [logo após o comício de Jango em frente à Central do Brasil e da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, sete dias mais tarde], segundo revelação ainda de Paulo Schilling, o Comando Nacional do Grupo dos Onze, reunido sob a presidência de Brizola, com a presença de líderes dos sargentos e marinheiros nacionalistas, avaliou as possibilidades de enfrentamento de um golpe e considerou que tinha maior probabilidade o golpe vindo da parte de Jango do que da direita. No caso da iniciativa janguista, decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo da revolução” (GORENDER, 1999, p. 67).

Estudantes (UNE), a Confederação Geral dos Trabalhadores e os grupos de sargentos controlados por Brizola (MORAES NETO, 1997, pp. 103-105).

Mas Brizola não seria, para os conspiradores, o único dos aliados de Jango que tencionavam o golpe. Em tempos em que o capitalismo-liberal e o socialismo-comunismo enfrentavam-se ideologicamente, à medida que o mundo inteiro dividia-se entre dois blocos hegemônicos orientados por estas ideologias opostas, os conspiradores defendiam que uma das principais provas da intenção golpista de Jango seria sua relação com alguns dos líderes comunistas, que estariam se apoiando em Goulart para o desenvolvimento de suas próprias estratégias – o rompimento do Brasil com o Mundo Livre e sua absorção pela órbita de influência soviética –, também ambicionando ou incentivando uma tomada do poder pelo petebista. Assim como o ex-governador do Rio Grande do Sul, notadamente Luiz Carlos Prestes, líder do PCB, igualmente teria se apoiado na liderança de Jango para a implementação de uma pretensa revolução vermelha. Segundo GORENDER, Prestes “Entregou irrestrita e publicamente a direção da revolução [comunista] a Jango. Levou o reboquismo a um ponto raramente atingido por um dirigente comunista” (1999, p. 68). Prestes também descartava a possibilidade de sucesso de um eventual golpe para derrubar Goulart, afirmando “Em conferência comemorativa no dia 27 (...) que não havia condições favoráveis a um golpe reacionário, mas, se este viesse, “(...) os golpistas teriam as cabeças cortadas”. No dia 29, por ocasião da festa que reuniu milhares de pessoas no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, repetiu a afirmação” (GORENDER, 1999, p. 70).

O envolvimento de líderes comunistas na linha de frente janguista, nestes tempos em que o mundo se polarizava em comunistas e capitalistas, não era vista com bons olhos, igualmente, por grande parte dos militares dissidentes que apoiavam Goulart. A recusa de Jango em romper com os líderes comunistas ou sindicatos em que comunistas tinham posição de comando que lhe apoiavam (notadamente o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, com grande infiltração comunista (SKIDMORE,

1985)) foi, em grande parte, motivo crucial não só para a necessidade, aos olhos dos conspiradores, de derrubá-lo, como também para a incapacidade do petebista de garantir apoio dos militares dissidentes para contra-atacar a sua deposição. Episódio exemplar é mencionado por Thomas Skidmore, quando descreve a recusa do General Amaury Kruel em montar uma resistência militar à derrubada de Jango, caso este não rompesse com o CGT, liderado por comunistas (SKIDMORE, 1988, p. 20).

A maioria das análises sobre Goulart, entretanto, parecem caracterizar Goulart antes como um oportunista sem uma ideologia em particular (WESSON; FLEICHER, 1983, p. 19), mesmo nas palavras dos que promoveram ou participaram da derrubada de Goulart, as quais parecem, em geral, descrever Goulart não como um comunista, mas como um “fraco, que se deixou levar pela esquerda, ou pela ‘maléfica’ influência de Leonel Brizola, este, talvez, para os militares, o maior vilão da história” (D’ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 11). Pelo seu parentesco com o Presidente Goulart, o vocabulário brasileiro ganhara uma nova expressão para se referir à pressão direta que Brizola exercia sobre Jango: a política brasileira sofria de cunhadismo (MORAES NETO, 1997, p. 100).

A luta contra o que acreditavam ser uma revolução comunista em território nacional é um dos principais fatores que caracterizam a “revolução” ou o “golpe” como, na verdade, um contra-golpe, já que a conspiração militar visava, segundo seus executores, evitar o que se pensava ser uma movimentação revolucionária vermelha posta em marcha pelas mãos do próprio Presidente e principalmente por seus aliados, aos quais Goulart, depois de buscar neles apoio para manter-se no poder, não mais conseguia controlar (WESSON; FLEICHER, 1983, p. 19).

No que diz respeito à luta contra a revolução ou golpe comunista pretensamente em marcha, o movimento contra-golpista de 64 teria suas raízes a um momento anterior: 1937, quando o Estado Novo de Vargas foi instituído pela marcha dos militares, com a mesma motivação de combate à Ameaça Vermelha, percebida

pelos líderes das Forças Armadas como perigosamente próxima desde a malograda Intentona Comunista em novembro de 1935 (SILVA, 1985, p. 14).

As palavras do então ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, em 1937, mostram a semelhança entre o momento em que foram ditas e a crise com desfecho semelhante, vinte e sete anos depois. Para o General:

Não se trata de política, mas exclusivamente repressão ao comunismo. Ante a ameaça ostensiva dos elementos comunistas, precisos e publicamente caracterizados, o ministro da Guerra já fez de tudo quanto estava ao seu alcance. O crime de lesa-pátria, praticado em novembro de 1935, está prestes a ser repetido, provavelmente com maior energia e mais segurança de êxito. Não é fantasia do governo; os documentos de origem comunista são copiosos e precisos; as atitudes ofensivas dos elementos postos em liberdade são públicas e evidentes; as manifestações em praça pública são do conhecimento de todos; as declarações da imprensa, algumas sob assinatura, não deixam a menor dúvida. (apud SILVA, 1985, p. 14).

A influência dos líderes comunistas no front janguista pesaria, ainda, na medida em que a memória sobre a Intentona Comunista de 1935 ainda mantinha-se viva entre os militares, estando os conspiradores dispostos a engendrarem ao mesmo tempo uma vingança em 1964 pelo golpe recebido 29 anos antes como uma “limpeza” profunda na instituição, de modo que estivessem livres do mesmo perigo no futuro (D’ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 14).

A dúvida de que havia um golpe de Estado janguista em marcha, de todo modo, aos olhos dos conspiradores, não mais existia. As suspeitas, para os militares, eram cada vez mais fortes, à medida que Jango refugiava-se na busca de apoio das radicais de esquerda. Para Skidmore, no início de 1964 todos tinham suas suspeitas sobre as reais intenções do Presidente, enquanto suas atitudes generalizavam o temor em torno dos seus planos (SKIDMORE, 1988, p. 42). Não obstante as intenções do Presidente, a situação em si teria criado, no Brasil, um clima pré-revolucionário, e a

derrubada de Goulart caracterizar-se-ia como um contra-golpe justamente por ter abortado, como uma espécie de contra-revolução, a revolução vermelha que os conspiradores acreditavam estar em plena marcha no país.

Gorender, por sua vez, o batiza de golpe preventivo¹², engendrado com vistas a abortar a ascensão de uma revolução comunista no Brasil, impulsionada no período de 1961 a 1964 e fruto de todo um movimento que se levantava enquanto as posições se polarizavam. Ele afirma que “Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse” (GORENDER, 1999, p. 73).

Desta forma, o movimento conspiratório de 1964 ganha contornos contra-golpistas, tão somente na medida em que, segundo seus executores, foi concebido com essa finalidade. Nesse sentido, a adoção da definição contra-golpe talvez mantivesse chances de fugir dos dois entendimentos mais comuns sobre o episódio, vindos, respectivamente, dos seus críticos e apoiadores: o de que em 1964 o que ocorreu foi um golpe, na medida em que as suspeitas dos conspiradores eram infundadas ou pouco procedentes e que, assim, seriam apenas justificativas para o solapamento das instituições democráticas, empreendido pelas “classes proprietárias” dispostas a impedir o movimento das “massas trabalhadoras”, bem como a definição de revolução, que aponta para justamente o contrário, ou seja, o que seria a procedência das suspeitas dos conspiradores, e a necessidade de fazer frente à esta ameaça, a exemplo do argumentado por AUGUSTO (AUGUSTO, 2001, p. 71-72).

¹² A idéia de *golpe preventivo* nos parece bastante pertinente à discussão em torno da definição da conspiração militar de 1964, uma vez que mantém semelhanças com a que se convencionou chamar Doutrina Bush, desenvolvida principalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 ao território norte-americano. A Doutrina Bush defende a idéia de *preemptive strike* ou, justamente, *ataque preventivo*, e postula a ação militar unilateral norte-americana em caso de ameaça à segurança daquele país, baseada não em ataques consumados, o que a tornaria um contra-ataque, mas em possíveis ou iminentes movimentações dificilmente revertidas através do uso do conceito de *deterrence*, ou dissuasão, comunicando ao inimigo a “disposição de agir”. Enquanto o *ataque preventivo* visaria evitar uma ameaça avaliada como próxima, o conceito de *golpe preventivo* parece visar o mesmo objetivo, adaptado ao contexto doméstico.

2 – OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A DEPOSIÇÃO DE JANGO

Enquanto a crise se acirrava e as posições se radicalizavam, os Estados Unidos temiam uma guinada do Brasil à esquerda (SKIDMORE, 1988). Para Hermann Kahn, consultor do Pentágono, o diagnóstico para o futuro do país era o de que, se Goulart não fosse derrubado com participação das tropas norte-americanas a fim de evitar uma guerra civil, “No plano político, o Brasil [seria] comunizado e vietnamizado sobre a base de um regime castrista, que exportará a revolução para todos os outros países limítrofes” (apud MIR, 1994, p. 21). Os rumos tomados pelo governo Goulart preocupavam Washington, tanto em sua política externa, com a reaproximação ao bloco soviético e Cuba, quanto nos caminhos em que o governo tomaria internamente, enquanto Jango se aproximava cada vez mais à Prestes e outros líderes comunistas, em aliança pelas reformas de base.

A atuação da Política Externa Independente (PEI) do Brasil, remanescente do governo Quadros, e o discurso por ela adotado à medida que a crise se aprofundava, era um dos maiores indícios que teriam contribuído para o diagnóstico negativo de Washington. Para o governo norte-americano, bem como para os opositores conservadores de Goulart, a busca do pragmatismo pregado pelos princípios da PEI, significava não uma busca de neutralidade, mas uma aproximação a posições antiestadunidenses. Um retrato dos atritos criados entre a representação norte-americana e a diplomacia brasileira se deu em 22 de janeiro de 1962, oportunidade na qual a Organização dos Estados Americanos (OEA) se reúne sob convocação norte-americana. Na votação referente à expulsão de Cuba da organização, a representação brasileira condenou a opção cubana pelo alinhamento oficial a Moscou e ressaltou seu desagrado, mas, no fim das contas, terminou por se abster. A representação do Brasil se disse contrária a uma eventual intervenção armada na Ilha, e San Tiago Dantas, Chanceler do governo Goulart, defendeu na mesma conferência a

neutralidade e a aplicação do direito de autodeterminação para Cuba. Como consequência, foi repreendido pelo Secretário de Estado estadunidense, Dean Rusk. Este teria afirmado que, em caso de necessidade, os Estados Unidos da América não deixariam de intervir no país. O golpe no Brasil seria um objetivo permanente se houvesse emergência para os interesses norte-americanos (MIR, 1994, p. 66). Para Moniz Bandeira, teria resultado da tentativa de expulsão de Cuba da OEA, e pelo fato do Brasil, a exemplo do México e Venezuela, ter se recusado a votar junto com os Estados Unidos, a principal causa dos futuros atritos entre Goulart e os Estados Unidos (MUNIZ BANDEIRA, 2001, pp. 69-71), enquanto Lincoln Gordon afirma que o episódio toldou brevemente as relações bilaterais, mas o relacionamento entre os dois países voltou à normalidade em abril, na ocasião da visita de Goulart a Washington (GORDON, 2002, p. 321). Neste ínterim, Goulart fazia uso de dois expedientes distintos: enquanto buscava ganhar a simpatia do governo norte-americano através do trabalho de ministros amigáveis em relação aos EUA (como Moreira Sales, na Fazenda, e Afonso Arinos, Relações Exteriores), atacava violentamente os Estados Unidos no cenário interno, por meio de esquerdistas extremados, como Brizola (GORDON, 2002, p. 326).

Já no primeiro trimestre de 1962, o Presidente norte-americano, John Fitzgerald Kennedy, envia assessor, Arthur H. Schlesinger, ao Nordeste do Brasil, para análise da situação na região. O diagnóstico do assessor: um vendaval revolucionário assolava essa região estratégica do Brasil. Era preciso fazer algo para que o Nordeste do país não caísse nas mãos da revolução comunista. Nesse sentido, a Agência Central de Inteligência (CIA) seleciona como aliado na região, contra o PCB, a Igreja Católica, e Kennedy deflagra um intenso trabalho de relações públicas, enviando ao Brasil George MacGovern, diretor da “Alimentos Para a Paz”, Edward Kennedy, procurador-geral, e Henry Kissinger, assessor de segurança nacional, entre outros. Seria assim o início do contra-ataque ao trabalho político do PCB na região (MIR, 1994, p. 70). Para evitar esta ameaça, começam a desembarcar no país, ainda

no mesmo primeiro trimestre de 1962, milhares de militares e agentes norte-americanos especializados em contra-insurreição, com o disfarce de membros do Peace Corps e da Usaid, bem com o objetivo de rastrear e localizar os preparativos revolucionários no Nordeste, enquanto distribuía alimentos, roupas e medicamentos às populações camponesas miseráveis da região, alvos preferenciais dos agitadores comunistas. Teriam sido, segundo o ex-embaixador Lincoln Gordon, ao total, 40 mil soldados e agentes, número suficiente para fazerem frente a uma guerra civil posterior à derrubada de Goulart (MIR, 1994, p. 69).

Em 30 de julho de 1962, em reunião com o Presidente norte-americano, Lincoln Gordon aconselha Kennedy de que os EUA não deveriam estimular um golpe, mas sim adotar dois caminhos paralelos: usar o prestígio que o relacionamento amigável com Kennedy rendia a Jango e, ao mesmo tempo, organizar as forças tanto políticas quanto militares para reduzir o poder de Goulart ou, em uma situação extrema, destituí-lo. Mas, para Gordon, o fim da frente militar era primeiramente manter Goulart nos trilhos, aconselhamento apoiado tanto por Kennedy quanto seu sucessor, Lyndon Johnson (GORDON, 2002, p. 328). Lincoln Gordon afirma ainda o conhecimento do então adido militar, o coronel Vernon Walters, sobre a conspiração em andamento, mas nega, em seu livro, o envolvimento direto de Walters nos preparativos para a derrubada de Goulart. Enquanto Moniz Bandeira afirma que Walters “coordenava as operações da CIA no Brasil, envolvendo-se diretamente no contrabando de armas” (BANDEIRA, 2001, p. 128), Lincoln Gordon responde que, pelo contrário, “Walters (...) não conhecia os detalhes desses planos” (GORDON, 2002, p. 361).

O General Olympio Mourão Filho, por sua vez, confirma o oferecimento da aproximação de uma esquadra para auxílio aos revolucionários em caso de conflito prolongado, o que por fim terminou não ocorrendo¹³. A esquadra, além disso, seria

¹³ Esta seria a Operação *Brother Sam*, chefiada pelo general George S. Brown que, segundo BANDEIRA, não visava apenas fornecer apoio logístico aos sublevados, mas também intervir militarmente no Brasil em caso de necessidade (2001, p. 173). A afirmação de que a ajuda militar norte-americana nunca ocorreu é repetida em CORRÊA, 1977, p. 16.

uma medida para a proteção dos norte-americanos que viviam no país na época (SILVA, 1978, p. 29). SILVA descreve supostas conversas entre líderes da conspiração e “um estranho personagem, que se dizia grego e representante de um organismo internacional de combate ao comunismo, logo identificado com a CIA. Oferecia armas e tudo o que fosse necessário” (1978, p. 27).

Em 22 de outubro de 1962, o governo norte-americano entra em alerta, ao iniciar-se a Crise dos Mísseis cubana, quando a instalação de mísseis de médio alcance, enviados pelos soviéticos ao território cubano, deflagra uma crise entre URSS e EUA. Já no dia seguinte viria o ultimato de Kennedy, ordenando a União Soviética a retirá-los, sob pena de um ataque norte-americano com a força máxima. Os soviéticos recuam, mas consolida-se a decisão do governo norte-americano de impedir o surgimento de uma nova Cuba no Continente. E o mais provável candidato a nova Cuba era, segundo MIR, o próprio Brasil (MIR, 1994, p. 89-92).

Iniciam-se em 1963 os golpes na região. Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras. Kennedy é assassinado em 22 de novembro de 1963, e toma posse Lyndon Johnson, que externava aos seus interlocutores brasileiros que Goulart seria um refém da esquerda, uma ameaça direta aos interesses norte-americanos. Não obstante, Goulart insiste em manter suas exigências ao governo estadunidense, especificamente as referentes às indenizações pela desapropriação de empresas norte-americanas concessionárias de serviços públicos. Com o tempo, a PEI dos tempos de Goulart terminou por defender um discurso nacionalista mais radical, atacando as corporações estrangeiras e os empresários a elas ligados, abandonando uma postura conciliatória em direção aos EUA (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 20). Washington, entretanto, colocara o governo Goulart na linha de tiro, e o tratava oficiosamente como um governo “criptocomunista” – ou seja, secretamente comunista – a serviço de Havana e Moscou (MIR, 1994, p. 111). A abordagem norte-americana continuou sendo, porém, a de que a manutenção da estrutura constitucional do Brasil e do calendário eleitoral seria o melhor resultado, mas se isto falhasse um

golpe por forças simpáticas aos Estados Unidos seria preferível a um golpe apoiado pela União Soviética e Cuba (GORDON, 2002, p. 359).

Em janeiro de 1964, Prestes viaja para Moscou, partindo depois para Havana. Durante a viagem, defende a subida dos comunistas ao poder no Brasil, enquanto o dispositivo militar do PCB impediria qualquer movimentação golpista por parte da direita. A CIA acompanha os passos de Prestes. Como diagnóstico, sugere que esperar o fim do mandato do Goulart e apoiar uma candidatura civil e anticomunista significaria agir tarde demais. Para a Agência, os comunistas tentariam o assalto ao poder em poucas semanas, tomando o poder no Brasil que, em 1964, segundo Washington, mantinha todas as condições para a emergência de um movimento desta natureza. Enquanto Luiz Carlos Prestes e aliados desconsideravam qualquer possibilidade de sucesso de um golpe militar que abortasse os planos dos líderes comunistas, Castelo Branco recebia, segundo Mir, aconselhamento diário do coronel Vernon Walters e do embaixador Lincoln Gordon, com vistas a derrubar quanto antes Goulart, ocupando o poder e nele instalando um governo forte e anticomunista, para que assim fosse evitada uma guerra civil (MIR, 1994, pp. 122-125). Como dissemos anteriormente, Gordon discorda do envolvimento direto de Walters nos planos dos conspiradores.

Deflagrada e bem-sucedida a deposição de Goulart, Washington não tardou a reconhecer o novo governo instalado, suscitando não só críticas, mas suspeitas de envolvimento em seus planos (CANTARINO, 1999, p. 70). Inicia-se assim, portanto, a argumentação na qual o envolvimento norte-americano na crise de 1964 ganha contornos não de uma força adicional na deflagração da deposição de Goulart, mas sim de aspirante a protagonista, indispensável à sua realização.

Para Ladislav Bittman, ex-chefe do serviço de Inteligência tcheca na década de sessenta e setenta, grande parte da responsabilidade por este tipo de análise é o empreendimento, com sucesso, da propaganda comunista na região, que amplificava

a participação norte-americana na instauração destes governos militares no Continente. A intenção, para o Serviço de Inteligência tcheca e soviética, era criar a impressão de que os Estados Unidos eram planejadores e executores únicos ou principais dos golpes na região. Segundo o ex-agente, a tática da Inteligência Tcheca era “criar a impressão de que os Estados Unidos estavam forçando a Organização dos Estados Americanos (OEA) para uma mais ativa postura anticomunista enquanto a Agência Central de Inteligência (CIA) planejava golpes de estado contra regimes no Chile, Uruguai, Brasil, México e Cuba”. As maiores vitórias da Inteligência Tcheca, para Bittman:

(...) foram obtidas em países em desenvolvimento que enfrentavam altos índices de desemprego, problemas complicados de foro social, lingüístico, tribal e econômico, nacionalismo agressivo, influência de oficiais militares em assuntos políticos, e considerável ingenuidade dentre os líderes políticos. A América Latina, com fortes sentimentos antiamericanos, foi particularmente fértil e sensível às provocações do Leste Europeu (BITTMAN, 1985, p. 8).

Os sucessos, para Bittman, teriam sido facilitados pelo fato de que a Inteligência Tcheca, na ocasião, “detinha inúmeros jornalistas à sua disposição na América Latina. Ela influenciava ideologicamente e financeiramente vários jornais do México e Uruguai e até mesmo possuía um jornal brasileiro até abril de 1964” (BITTMAN, 1985, p. 8).

Para alguns, os militares brasileiros, sem o apoio militar estadunidense, sob a forma de gasolina, armas, munições e até mesmo assessores, se necessário fosse, não colocariam em prática os planos de derrubada do petebista (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 31). Esta abordagem sugere que a potência norte-americana seria, portanto, o único mentor da deposição de Goulart, utilizando como marionetes¹⁴ para a execução de seus planos os militares brasileiros.

¹⁴ Moniz Bandeira utiliza o termo *puppets*.

Tão logo os militares assumiram o poder, a oposição começou a questionar as origens da derrubada do governo em 1964. Segundo SKIDMORE, a esquerda, ao buscar esta origem, defendia que os Estados Unidos era a força motriz por trás da derrubada de Goulart¹⁵. Para eles, militares e políticos brasileiros haviam seguido as ordens de seus senhores americanos e o Brasil agora pagava o preço. Os indícios apontados para a argumentação da esquerda, para SKIDMORE, eram que:

O capital americano (e estrangeiro de modo geral), podia agora penetrar a economia brasileira à vontade. A remessa de lucros para o país de origem seria agora mais fácil que anteriormente sob a lei de 1961, a qual o governo militar rapidamente revogou em 1964. Os Estados Unidos podiam enviar suas “missões técnicas” para ajudar o governo militar com tudo, desde a construção de estradas até a publicação de livros. Em suma, [para estes críticos da derrubada do governo,] o Brasil em breve perderia sua capacidade de agir como uma nação soberana (SKIDMORE, 1994, p. 47).

A esta forma de argumentação refere-se Olavo de Carvalho, ao afirmar que “Milhões de crianças brasileiras, nas escolas oficiais, são adestradas para repetir que o golpe militar de 1964 foi obra dos Estados Unidos, como parte de um projeto de endurecimento geral da política exterior ianque na América Latina”¹⁶, enquanto a participação oposta dos países bloco socialista é geralmente ignorada. Desta forma, “Desde 1964, a crença de que o golpe de 31 de março desse ano foi orquestrado pelos norte-americanos, lançada pela oposição esquerdista, veio conquistando um espaço cada vez maior na mídia, nos livros de “História” e no ensino, até tornar-se um dogma que só um lunático ou um desalmado agente do imperialismo ousaria contestar.”¹⁷. Sobre a argumentação que aponta para Washington como principal planejador da deposição de Jango, discorreremos brevemente a seguir, uma vez que se torna necessário, para o desenvolvimento deste trabalho, o levantamento das críticas a

¹⁵ Argumentação já utilizada em 1965, presente em MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹⁶ CARVALHO, Olavo de. Revista Época, 17 de fevereiro de 2001. “Sugestão aos colegas”

¹⁷ CARVALHO, Olavo de. Sítio de notícias Mídia sem máscara, “Derrubando a história oficial de 1964”. <http://midiasemmascara.org/materia.asp?cod=91>. Acesso em 11 de abril de 2005.

essa abordagem que tende a ignorar a participação do outro bloco que, num contexto de Guerra Fria, se enfrentou com os Estados Unidos da América: o Bloco Socialista.

2.1 – EUA e a deposição: papel principal ou participante?

Os Estados Unidos teriam sido entusiásticos defensores da derrubada do governo em 1964 (SKIDMORE, 1988). Adolf Berle, ex-embaixador americano no Brasil e um dos criadores da Aliança para o Progresso, e Lincoln Gordon, também ex-embaixador, não tardaram a enviar mensagens de apoio ao novo governo. Enquanto Berle defendia que “Goulart estava levando o seu país para as fileiras do comunismo cubano e por isso tinha que ser deposto” (SKIDMORE, 1988, p. 66), Lincoln Gordon declarava que “A revolução de 31 de março no Brasil constitui, do ponto de vista americano, um dos mais notáveis acontecimentos da segunda metade do século 20 e merece ocupar um lugar na História tão importante como [o] fim da guerra da Coréia, o início do Plano Marshall ou a solução da crise dos mísseis soviéticos em Cuba” (apud MIR, 1999, p. 22).

Convém lembrar, entretanto, que os norte-americanos não foram os únicos a compartilhar desta idéia. Estaria incluída, nos que festejaram o acontecimento, a maior parte da mídia brasileira, como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, o Globo, Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo; a Igreja; a Ordem dos Advogados do Brasil; bem como institutos privados, a exemplo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (SKIDMORE, 1988). Foram entusiásticas, ainda, as demonstrações de apoio vindas de grupos proclamados anticomunistas e anti-Goulart, como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" que dias antes, no dia 19 de março de 1964, tinha reunido, com terços na mão, mais de 500 mil pessoas em São Paulo. Ainda, segundo depoimentos

de militares o levante teria sido, em grande parte, incentivado pela própria população, não tendo ocorrido não fosse o que, aos seus olhos, representava um amplo apoio popular (D'ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994)¹⁸.

Não obstante ao que seria para os militares um amplo apoio popular à derrubada do governo, a conspiração militar é freqüentemente, como mencionamos no final do capítulo anterior, descrita com contornos entreguistas, como se o agravamento da crise e a deflagração do levante militar tivessem sido promovidos única e exclusivamente pela potência norte-americana. Para grande parte dos que dessa maneira argumentam, as derrubadas de governos brasileiros, em geral, teriam sido resultados diretos de choques de interesse entre o esforço de industrialização brasileira e os interesses de capitais estrangeiros, mais precisamente da Inglaterra e dos EUA (MONIZ BANDEIRA, 2001)¹⁹.

A referência a eventuais influências estadunidenses maléficas aos rumos do país, como manipuladores das cordas dos atores políticos brasileiros, é comum na história brasileira. As forças ocultas norte-americanas seriam apontadas como causa, ou como protagonistas, da intervenção militar de 1964 porque esta segue o exemplo de grande parte dos importantes acontecimentos nacionais. Para Hélio Silva “Não foi a primeira vez que se ligou um fato político brasileiro à influência dos Estados Unidos. Quando Vargas se suicidou, a mesma acusação foi feita. E, aludindo às

¹⁸ Moniz Bandeira questiona o que seria este amplo apoio popular, uma vez que o governo João Goulart, no momento em que foi derrubado, contava com grande aprovação pública (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 185). Os números apontados pelo próprio Moniz Bandeira, entretanto, parecem sugerir uma votação apertada numa eventual campanha de reeleição de Goulart, pois, segundo pesquisa do IBOPE concluída cinco dias antes da derrubada do governo, 47% dos entrevistados votariam em Jango, enquanto 46% não votariam (enquanto as pesquisas de hoje em dia adotam, em geral, o desvio de 1% a 2% nos seus resultados). Assim sendo, talvez fosse possível concluir que, na verdade, nenhum dos dois lados, Jango ou os conspiradores, teria de fato um amplo apoio popular.

¹⁹ Segundo a argumentação de Jarbas Passarinho, a comparação entre a situação da economia brasileira durante o governo Goulart e durante o regime militar, entretanto, deporiam contra esta argumentação, tendo em vista o crescimento econômico brasileiro experimentado durante os governos militares que, pelo contrário, teriam servido justamente para diminuir o abismo econômico entre o Brasil e os países desenvolvidos. Vide PASSARINHO, Jarbas. **“Pode a História ser apagada?”**. Estado de São Paulo, 8 de abril de 2003, A2. Para Passarinho, “Recebemos um País em que a inflação (sem correção monetária) chegara a 81% em 1963 e se projetava para 150% em 1964. O PIB per capita, negativo: -1,8%. No mundo, pela comparação do PIB, estávamos no 46.º lugar. (...) [no fim do regime militar,] O PIB elevou o Brasil a 8.ª economia do mundo (hoje é a 13.ª).”

forças ocultas que teriam forçado sua renúncia, Jânio deixou-a no ar. Ela teria de se repetir na queda de Jango” (1978, p. 27).

A argumentação de que Washington foi a principal força motriz por trás do levante pressupõe que as forças estrangeiras impuseram sua própria dinâmica nos rumos do Brasil, relegando ao segundo plano todas as forças domésticas que convergiram na derrubada de Goulart. A dinâmica básica da vitória dos opositores de Goulart, entretanto, era brasileira, ainda que os Estados Unidos apoiassem os conspiradores (SKIDMORE, 1994, p. 46). Afinal, imediatamente antes da eclosão revolução militar de 1964, não só militares, mas também civis, notadamente os ramos conservadores da sociedade, argumentavam que Goulart estaria levando o Brasil rumo a uma comunização, numa ofensiva contra as próprias instituições nacionais (SKIDMORE, 1988). Vários dos indícios que apontaram este pretenso perigo aos militares e civis que mantinham posições anticomunistas não teriam, talvez, precisado do interlocutor norte-americano, mas sim surgiram de declarações dos seus próprios antagonistas. Nesses casos, bastaria que militares e outros que mantivessem posições anticomunistas atentassem às afirmações dos próprios aliados de Jango, como Vicente Goulart, sobrinho do então presidente da República, que, durante estadia em Cuba, teria dito que “No Brasil estamos discutindo se vamos chegar ao socialismo pelas armas ou pelo caminho pacífico” (apud COUTO, 1999, p. 42). Ou, ainda, as palavras do próprio Jango, que durante discurso na China comunista, antes de sua posse, teria afirmado que no Brasil buscava estabelecer também “uma república popular, acrescentando que, para tanto, seria necessário contar com os praças para esmagar o quadro de oficiais reacionários” (AUGUSTO, 2001, p. 71). Se a primeira sugere que a implantação do socialismo no Brasil era questão de tempo, e isso significaria a entrada do Brasil na área de influência soviética e o rompimento com o Mundo Livre, a segunda parece pregar diretamente a insubordinação nos quadros das Forças Armadas brasileiras. Foram estes dois motivos que, afinal, teriam motivado a derrubada de Jango: o processo de comunização do Brasil que, segundo

os líderes militares, estaria acontecendo no Brasil, e, por outro lado, o incitamento à insubordinação militar promovida pelo próprio Presidente Goulart – dois motivos que não são relacionados entre si (no sentido de que o incitamento à insubordinação militar não resultaria na comunização do Brasil, e vice-versa).

O papel desempenhado por Washington durante os enfrentamentos políticos durante o governo Goulart foi importante. Principalmente depois da Crise dos Mísseis, Washington redobrou esforços de modo a impedir uma nova Cuba no Continente (MIR, 1994). Mas a potência norte-americana trabalhou junto às forças domésticas, também insatisfeitas com o governo Goulart, com anseios e planos não subjugados a Washington. A situação, portanto, sugere uma colaboração antes que uma subordinação. Os militares insatisfeitos com o que criam ser o incitamento à insubordinação militar ou a comunização do Brasil, decidiram-se por depor Goulart; enquanto Washington, ávida por eliminar a instabilidade política brasileira que, segundo diagnosticava, poderia levar o Brasil à órbita de influência soviética, dispunha-se a auxiliar os conspiradores. Transferir a autoria da queda de Jango unicamente ao governo estadunidense parece prejudicial ao entendimento da multiplicidade de atores que, de uma forma ou de outra, conspiraram para o seu desfecho. Além disso, a argumentação sugere que, de certa forma, a relação entre Washington e os conspiradores militares ocorreu de uma maneira hierárquica, estando os líderes da conspiração seguindo ordens, como subordinados à potência estadunidense. Moniz Bandeira, ao defender este tipo de abordagem, faz uso inclusive, como mencionamos anteriormente, da palavra *puppets*, marionetes, para descrever os agentes brasileiros que deflagraram a deposição de Goulart (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 30). As relações entre os dois países no período posterior à instalação do regime militar, pelo contrário, pareceram muitas vezes depor contra esta situação²⁰. Sobre o assunto, Jacob Gorender, militante do PCB durante a crise política

²⁰ Afinal, ao governo Castelo Branco seguiu-se o governo de Costa e Silva, que causou, em sua política externa, atritos com o governo norte-americano, sendo descrito não raramente como reacionário no que respeita às relações com os EUA. O governo Geisel e sua política do *Pragmatismo Responsável* parecem depor igualmente contra um comprometimento aos moldes que preconizam os estruturalistas, de *metrópole/colônia*, com o governo estadunidense, em especial nos atritos relativos ao acordo nuclear com a

e participante na linha aliada de Jango, afirma que, talvez se referindo ao título do livro de Edmar Morel (“O golpe começou em Washington”), “O golpe não começou em Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o (...) [governo]²¹ norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras” (GORENDER, 1999, p. 56).

De toda feita, os conspiradores teriam recebido aconselhamento e auxílio de Washington, enquanto este, no embate que caracterizou o período da Guerra Fria, buscou impedir o que, aos seus olhos, seria o início da absorção do Brasil pela zona de influência soviética. Sendo a deposição de Goulart, portanto, também um episódio da Guerra Fria, sugere-se que o auxílio estrangeiro aos lados que se opunham durante a crise brasileira não teve somente uma fonte, os Estados Unidos, mas também o Bloco Socialista desempenhou importante papel, garantindo auxílio ao lado que se mostrou mais benéfico a suas próprias estratégias geopolíticas.

Alemanha e a posterior denúncia do Acordo Militar com os Estados Unidos. A exemplo dos governos anteriores, os governos do regime militar experimentaram aproximações e afastamentos em relação às relações com os EUA, e não uma tácita submissão da diplomacia brasileira aos desígnios do *Foreign Office* estadunidense. Mais sobre a política externa brasileira durante o período militar em VIZENTINI, Paulo F. **A política externa do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Porto Alegre: FAURGS, 1998.

²¹ O termo original utilizado pelo autor, no lugar do termo governo por nós adicionado, é *imperialismo*. Por não concordarmos com os significados da expressão, ainda sim concordando das outras idéias sugeridas pelo autor na sentença, decidimos suprimir o termo original, explicitando-o, entretanto, como nota.

3 - 1964: O GOLPE VEIO DE WASHINGTON?

O entendimento das razões que levaram ao golpe e a longa duração do regime militar no Brasil é uma tarefa incompleta. A história pode ser revista e reexaminada quando surgem novos dados e novas fontes, quando a perece novas teorias ou interpretações, ou quando o interesse por um tema é despertado em função de demandas conjunturais. Devemos estar sempre equipados para pensar e repensar a nossa história e, por meio dela nosso destino (D'ARAÚJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 08).

A opinião militar dominante defende o golpe de 1964 como o resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incertezas que invadiu a corporação militar. Essa visão, no entanto, se contrapõe a interpretação predominante entre os analistas que até agora examinaram o episódio. Para estes o golpe teria sido produto de um bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os militares, mas também forças econômicas multinacionais (D'ARAÚJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p.16).

A análise histórica da crise brasileira de 1961 a 1964, tem duas correntes de pensamento na história atual: uma que defende a tese de conspiração internacional sobre a queda de João Goulart do poder. E outra corrente, que defende a tese de que o golpe de 1964 foi decorrente das crises internas como o problema da crescente inflação que assolava o país e causava o descontentamento dos assalariados, além do enfraquecimento do governo acrescido à falta de autoridade com que se portava frente aos episódios ocorridos e a inquietação militar.

Essa referência a eventuais influências estadunidenses maléficas aos rumos do país, como manipuladores das cordas dos atores políticos brasileiros, é comum na história brasileira. As forças ocultas norte-americanas seriam apontadas como causa, ou como protagonistas, da intervenção militar de 1964 porque esta segue o exemplo de grande parte dos importantes acontecimentos nacionais. Como já mencionamos anteriormente não foi a primeira vez que se ligou um fato político brasileiro à influência dos Estados Unidos. Quando Vargas se suicidou, a mesma acusação foi feita. E, aludindo às forças ocultas que teriam forçado sua renúncia, Jânio deixou-a no ar. Ela teria de se repetir na “queda de Jango” (HÉLIO SILVA, 1978, p. 27).

A argumentação de que Washington foi a principal força motriz por trás do levante pressupõe que as forças estrangeiras impuseram sua própria dinâmica nos rumos do Brasil, relegando ao segundo plano todas as forças domésticas que convergiram na derrubada de Goulart. A visão básica da vitória dos opositores de Goulart, entretanto, era brasileira, ainda que os Estados Unidos apoiassem os conspiradores. Afinal, imediatamente antes da eclosão da revolução militar de 1964, não só militares, mas também civis, notadamente os ramos conservadores da sociedade, argumentavam que Goulart estaria levando o Brasil rumo a uma comunização, numa ofensiva contra as próprias instituições nacionais (SKIDMORE, 1988, p. 46-49).

O golpe não foi desejado apenas pelos militares: segundo D’Araújo, ele foi pedido e também apoiado por setores da sociedade civil, assustados com a possibilidade de a esquerda tomar o poder no país. Dentre os setores da sociedade que apoiaram o golpe, estaria a Igreja, empresários e a classe média que também teria sido cúmplice do golpe. Portanto o golpe também saiu sob pressão da sociedade civil (D’ARAÚJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 14).

Para Gustavo Moraes Rego, o apoio da classe média foi muito importante porque tinha preocupações em acontecer um confronto, de se chegar a uma situação

de guerra civil no Brasil. Foi o medo de uma situação de guerra que levou a classe média a apoiar os golpistas. Segundo Moraes Rego, o papel do empresariado foi bem forte, tanto em ajuda financeira como infiltração no governo. (D'ARAÚJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 48-49).

Desde a posse de Goulart, a liderança da burguesia associada às multinacionais passou à ação golpista. Em novembro de 1961 fundou o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), que desenvolveu uma “dupla vida política”. Na sua face pública, aparecia como um movimento de “homens de negócio” que pretendiam contribuir para o salutar debate sobre os destinos do país. “O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar” contra o governo constitucional de João Goulart. Ou seja, um processo de desestruturação da democracia populista conhecida como “desestabilização” (DREIFUSS, 1987, p. 163)

Nesse processo o IPES associou-se ao IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), fundado por empresários e militares no final dos anos 50. Anticomunista e ligado à CIA (Agência Central de Informação dos EUA), o IBAD recebia contribuições de industriais e banqueiros nacionais, de proprietários rurais, de grupos internacionais e da própria CIA²². O IPES-IBAD ligou-se ainda a oficiais da ESG, associação que gerou o “estado - maior” do movimento civil-militar que derrubaria João Goulart. A estratégia do movimento previa a repressão aos movimentos populares e a todas as forças envolvidas na luta pelas reformas sociais; o apoio a direita atuando no Congresso, na igreja, no movimento estudantil e sindical e nas Forças Armadas; e ainda uma intensa propaganda anticomunista que levasse as classes médias a temer e a se opor a Goulart.

Em 1963, analisando a tendência do eleitorado brasileiro nas eleições de 1962, um documento do IPES, apontando a crise do sistema partidário, chamava a atenção

²² Of. Dutra, Eloy. IBAD sigla de corrupção. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

para à frente de mobilização popular liderada por Brizola e para a perda de controle sobre o povo rural e indicava que o voto dos analfabetos, caso se efetivasse, tenderia para a esquerda, concluindo que o “sistema eleitoral institucional achava-se, a médio prazo, bloqueado para seus interesses” (DREIFUSS, 1987, p. 137). Ou seja, confirmava indubitavelmente o caminho golpista e inconstitucional para chegar ao controle do estado.

A partir daí, intensificou-se a oposição em nível nacional. De um lado crescia a propaganda envolvendo jornais, rádios e televisão. Eram diárias as denúncias de corrupção, de incompetência na condução da economia e – o grande filão – de “infiltração comunista no governo”, de esquerdização e de uma “guerra revolucionária” – termo usado na DSN para indicar a ação do comunismo internacional – que já estaria em curso para instalar no país uma “república sindicalista”. Do outro lado avançava a ação do IPES-IBAD-ESG articulando vários grupos civis e militares – oficiais, políticos, governadores -, que conspiravam abertamente contra Goulart (HELENA SOARES, 1995, p. 42). A “cruzada contra o caso e a subversão” servia, assim, não só para justificar a “missão salvacionista” das forças armadas, mas também para mobilizar as classes médias em defesa da propriedade privada e da fé religiosa. De fato, a inflação chagava em torno de 80%, o PIB caía a 1,5% e aumentavam o déficit público e a dívida externa. No entanto, a ameaça à continuidade do crescimento econômico, aliada a inflação alta e dívidas volumosas, já eram fatos constatados desde o final do governo JK. Contudo, agora também a crise política afetava a economia, não havendo condições políticas para investimentos e, portanto, o PIB despencava. Talvez mais do que incompetência, o governo se debatesse em suas próprias contradições, pois ao mesmo tempo em que agitava propostas de reformas, adiava medidas populares, criticava a esquerda e fazia concessões à direita. Quanto à mobilização das classes dominadas, não correspondia à realidade dos fatos enxergá-las como uma guerra revolucionária. Segundo Dreifuss, o que ocorreu foi que o IPES, na realidade acirrou a luta política das classes

dominantes e elevou a luta de classes ao estágio de confronto militar para o qual as classes trabalhadoras e seus aliados não estavam preparados (DREIFUSS, 1987, p. 484).

Dessa forma, em meados de março de 1964, a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e a Assessoria Sindical do Presidente tentaram reunir as forças sociais que o apoiavam no famoso comício de do dia 13, que reuniu 200 mil pessoas no Rio de Janeiro, contando com a presença de ministros, governadores, militares, parlamentares, lideranças sindicais e estudantis. Anunciando dois decretos de desapropriação de terras e nacionalização de refinarias de petróleo, Goulart também denunciou a “mistificação do anticomunismo” e acatou a “democracia dos monopólios nacionais e internacionais”.

A partir daí intensificou-se a ofensiva golpista. Dias depois, em São Paulo, aconteceu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, com cerca de 500 mil pessoas. Foi organizada pela CAMDE (Campanha da Mulher em Defesa da Democracia), uma das instituições financiadas pelo IPES, em colaboração com o governo do estado de São Paulo, a igreja, a FIESP e a Sociedade Rural Brasileira. Manifestações semelhantes ocorreram em várias capitais, muita delas pedindo o *impeachment* de Goulart. No final de março, quando a operação militar se desencadeou, Goulart, sabendo que não contava mais com apoio militar, preferiu o exílio. Dias antes, o Congresso Nacional consumou o golpe declarando vacância da Presidência, e logo foi assumida pelo Presidente da Câmara Federal. Imediatamente, os Estados Unidos reconheceram o novo governo brasileiro (HELENA SOARES, 1995, p. 44).

As razões do golpe militar-empresarial de 1964, apregoada pelos golpistas, através dos meios de divulgação, foram à subversão e a corrupção. Para Fróes, as campanhas subversivas das forças de direita são muito bem planejadas e articuladas, do ponto de vista ideológico e da forma como desenvolvem o convencimento do

povo, para colocá-lo a seu serviço e em defesa de seus interesses. Contam para isso, com o poderoso poder econômico que alicia e utiliza especialistas em estratégias que abrangem todos os tipos de planos (dos financeiros até os que levam a derrubada do governo) e seus desenvolvimentos (HERMILCIO FRÓES, 1993, p. 09).

O objetivo é sempre o de envenenar a opinião pública e, assim, criar o ambiente propício para fabricar um respaldo popular que o acoberte e justifique o golpe para a tomada do poder da nação. Com o golpe de 1964, não poderia ser diferente. Seguiu à risca a cartilha internacional. Usavam até o nome de Deus para arregimentar a pequena burguesia para as passeatas, bem como os segmentos populares. Segundo Fróes, João Goulart foi à última vítima da conspiração internacional que existe para dominar, econômica e politicamente, as produções, os mercados e as riquezas mundiais. Esses conspiradores multinacionais dispõem de enorme poder financeiro para aliciar os nacionais dos países onde têm interesses, aos quais aplicam seus meios de convencimento para que possam executar os planos que lhes dão lucros. Geralmente os aliciados são pessoas especializadas e técnicas, civis e militares, gente de muita racionalidade, no que diz respeito à eficiência empresarial e ao lucro. Gente completamente desnacionalizadas e qualquer cidadão que surja como nacionalista, com o objetivo de lutar pela independência política e econômica de sua pátria, e que seja eleito, por decisão do povo, para chefe do governo, terá vida curta: será deposto ou morto (HERMILCIO FRÓES, 1993, pp. 10-11).

O golpe de 1964 foi uma vitória do imperialismo contra os nacionalistas brasileiros, e o presidente João Goulart, foi vítima duas vezes do golpe empresarial militar de 1964: levaram-lhe a presidência e depois a vida (HERMILDO FRÓES, 1993, p. 29). Para José Nilo Tavares, não existe revolução em alianças, porque aliança é transformação, mesmo sendo concessão e sem concessão não se faz revolução. Essa concessão foi dada aos estrangeiros pelo IBAD no Brasil, órgão entreguista que financiava campanhas eleitorais de interesses estrangeiros para presidentes, governadores, prefeitos, senadores, deputados federais e estaduais e

vereadores e, promovia estudos, planos estratégicos, condições e meios que facilitem o desfecho da ação programada a seu favor, como foi o caso da associação IPES-IBAD para esse fim (HERMILCIO FRÓES, 1993, p. 38).

No Brasil, o desfecho do golpe de 1964, as forças estrangeiras assumem o poder do estado por meio de seus “testas-de-ferro”, os fies nativos, que são colocados no governo em posições que lhes permitir a orientação governamental conveniente a seus interesses. Partindo dessa visão, chegamos a um neocolonialismo: o domínio do estado por meio do controle da economia e da política, sob o comando de gente do país, porém representantes dos interesses dos capitais estrangeiros (HERMILCIO FRÓES, 1993, p. 66).

Segundo Edmar Morel, até um cego via no começo de 1964, que havia um rastilho nos estranhos caminhos do Brasil, preparado desde 25 de Agosto de 1961, quando o Sr. Jânio Quadros renunciou, no Palácio do Planalto, jogando pela janela 5.636.623 votos (MOREL, 1995, p.25) Generais, almirantes e brigadeiros nunca engoliram João Goulart como Presidente da República, cargo a que foi guindado pela fuga de Jânio Quadros. Antes, fora também o vice de Juscelino Kubitschek, obtendo mais votos do que o próprio Presidente. Sumariamente demitido do cargo de Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, por imposição de um grupo de coronéis, todos agora generais (MOREL, 1995, p. 153).

De acordo com Muniz Bandeira, a participação dos EUA no movimento conspirador que determinou a queda do populismo no Brasil através de um golpe de estado, e sobre as posturas de João Goulart, fica claro na seguinte passagem: “Com efeito, o golpe de estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras, constituiu nitidamente um episódio de lutas de classes, a refletir o aguçamento, tanto no nível nacional quanto internacional, dos antagonismos sociais e políticos, que atingiram uma gravidade

inaudita na América Latina, a partir do triunfo da revolução cubana” (MUNIZ BANDEIRA, 2001, pp. 204-205).

Para Thomas Skidmore, não existiram provas para apoiar a alegação de que os conspiradores do golpe militar de 1964 teriam sido subsidiados ou dirigidos pelo governo dos Estados Unidos. Contudo, registra que a simpatia do governo estadunidense estava ao lado dos conspiradores. Depois da queda de Goulart, o governo norte-americano deixou claro que estava exultante com o rumo da política brasileira. Skidmore justifica que o fato da surpreendente rapidez do reconhecimento norte-americano após a queda de Goulart serviu para reforçar a suspeita de que os Estados Unidos tinha representado algum papel no golpe brasileiro (SKIDMORE, 1967, pp. 394-395).

As inúmeras ações norte-americanas no Brasil, que contaram com a maciça colaboração das oposições locais (sobretudo as denominadas "ilhas de sanidade"²³), foram direcionadas para todas as classes sociais e coordenadas pela CIA. Esta última "não somente aliciaram empresários, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores de estado, mas também jornalistas, donas de casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres e camponeses, enfim, elementos de todas as classes e categorias da sociedade civil brasileira" (TOLEDO, 1982, pp. 107-108).

O posicionamento de João Goulart enfatizando o caráter de sua liderança trabalhista, a qual, sustentada por um eleitorado de base operária, contribuiu para reforçar as pretensões nacionalistas no período, em detrimento dos interesses conservadores e internacionais. Nesse panorama, conforme Toledo, "as atitudes de Goulart, antes sempre inclinadas ao entendimento, indicavam que ele aceitara o desafio e demonstravam, claramente, [que o Presidente] não mais nutria qualquer ilusão de compromisso, muito menos com os EUA" (TOLEDO, 1982, p.149).

²³ Essa expressão foi usada pelo governo norte-americano na época para fazer menção aos estados brasileiros que faziam oposição ao governo Goulart, com destaque para São Paulo, Minas Gerais e o Estado da Guanabara.

Teoricamente, as interpretações da crise de 1964 podem ser identificadas e resumidas em duas grandes correntes explicativas: uma "estrutural" e outra "intencional" (FIGUEIREDO, 1993, p. 22-29). As explicações estruturais são divididas em dois tipos. O primeiro enfatiza os fatores econômicos, basicamente aqueles ligados à necessidade de manutenção de modelo de acumulação capitalista concentrador de renda (O'DEONNEL, 1987, p. 19). Já o segundo tipo prioriza os fatores políticos, isto é, as disputas pelos recursos de poder em função da estrutura política vigente (SANTOS, 1986, p. 49).

Esses dois tipos de explicação, a política e a econômica, sugerem a idéia de "inevitabilidade" do golpe de Estado, uma vez que a "margem deixada para a escolha [dos cursos de ação pelos atores] é tão pequena que a própria escolha torna-se irrelevante, e a ação, conseqüentemente, vã" (FIGUEIREDO, 1993, p. 23).

O modelo de análise intencional também pode ser dividido em duas vertentes explicativas. A primeira enfoca o processo conspiratório regido pelos grupos conservadores, sejam esses nacionais ou internacionais, como determinante do colapso do populismo brasileiro. Destaque-se aqui a interpretação de René Dreifuss, um dos estudiosos mais importantes desse estilo de explicação, que sugere, lançando mão do conceito gramsciano de "elite orgânica", o golpe de 1964, como conseqüência da mobilização envolvendo empresários ligados ao capital estrangeiro (DREIFUSS, 1981, p. 481-488).

A segunda variação da interpretação intencionalista toma como referência as posturas políticas de João Goulart durante a crise. O Presidente, alternando ações ora de conciliação, ora de ruptura, acabou por minar as bases de sustentação política do populismo. Segundo Caio Navarro de Toledo, "o governo Goulart nem conseguia o pleno respaldo das classes populares e trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes" (TOLEDO, 1982, p. 119).

A compreensão intencional dos fatos relacionados ao golpe de 1964 prende-se, em geral, a um estilo impressionista, com destaque para a crônica dos eventos e a atuação pontual de cada personagem na cena política. Todos os acontecimentos passam a ser consequência da notável (ou desastrosa, segundo o caso) estratégia desses atores individuais. Inexistem considerações, nesse modelo explicativo, sobre as relações globais tanto dos grupos conspiradores quanto de Goulart com os vários atores políticos do referido período de crise.

Ao contrário do que defende outros autores em suas teses sobre o golpe militar de 1964, Elio Gaspari em sua obra – *A Ditadura Envergonhada* – não defende a tese de conspiração internacional para a tomada do poder no Brasil em 64. Segundo ele, embora os americanos tivessem interesses na substituição de João Goulart, da Presidência da República, nenhum brasileiro civil ou militar, participou da deposição de João Goulart porque assim os Estados Unidos desejassem (GASPARI, 2002, p. 102).

Segundo Gaspari, no dia 20 de março de 1964, uma semana depois do comício da Central do Brasil, o presidente Americano Lyndon Johnson, teria autorizado a formação de uma força naval para intervir na crise brasileira, caso isso viesse a ser necessário. Essa decisão teria sido tomada durante uma reunião na Casa Branca e entre os interessados estaria um empresário paulista (Alberto Byington) que teria procurado a CIA em Washington e pedira que se estudasse um plano de distribuição de armas e de combustível para abastecer as áreas insurretas²⁴. No entanto, o autor afirma que em conversa pessoal com Lyncoln Gordon, ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil nesse período, ele teria informado que nunca os americanos planejaram nenhuma intervenção militar no país. Tratava-se de apenas “mostrar a bandeira e de intimidar os partidários comunistas de João Goulart. E, entre as razões que levaram ao golpe militar de 64, estaria a própria decisão dos golpistas, por achar

²⁴ Diz-se daquele que se insurgiu, nesse caso está se referindo aos comunistas brasileiros que estavam se mobilizando na tentativa de um golpe de estado.

João Goulart, um político vacilante e medíocre, o que fazia dele um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional (GASPARI, 2002, p. 46).

Outro ponto marcante na análise de Elio Gaspari, é que ele, praticamente absorve o empresariado nacional da responsabilidade política da consolidação da ditadura, transformando o golpe de 1964, em um sucesso essencialmente militar. Para ele a crescente inflação, a instabilidade econômica e a revolta dos marinheiros, na semana anterior ao golpe, e o discurso de Jango [...], na véspera, desestabilizaram as forças armadas. As organizações militares baseadas em princípios simples, claros e antigos, estavam em processo de dissolução. Havia sido abaladas a disciplina e a hierarquia (GASPARI, 2002, p. 91). As justificativas de Gaspari para a tomada do poder pelos militares em 1964, de alguma forma remetem ao contexto atual da chamada “guerra preventiva”.

Ao contrário do que afirma Elio Gaspari, a historiadora americana, Phyllis Parker descobriu vários documentos na biblioteca de Lyndon Johnson, que demonstravam que os EUA, se mobilizaram para apoiar a intervenção militar no Brasil, desmentindo assim, Lincoln Gordon que negava qualquer envolvimento no golpe de 64. Para ele, a revolução brasileira foi 100 por cento brasileira. Mas, segundo Parker, a intervenção só não aconteceu porque não houve resistência, e a operação que teria sido batizada de Brother Sam, foi suspensa (COUTO, 1998, p. 26). João Goulart em um discurso no automóvel clube do Brasil, dizia: “se vocês me perguntassem de onde surgiram tantos recursos para campanha tão poderosa, para mobilização tão violenta contra o governo, eu diria, simplesmente, que tudo isso vem do dinheiro dos profissionais da remessa ilícita de lucros que recentemente regulei através de uma lei. É do dinheiro maculado pelo interesse enorme do petróleo internacional”.

As razões apresentadas pelos militares para o golpe, são agrupadas em cinco categorias:¹ – Caos (caos, desordem e instabilidade política, greves, incompetência

administrativa de João Goulart, ineficiência administrativa do governo, paralisa decisória); 2 – Perigo comunista e esquerdismo (crescimento do PTB, em particular; crescimento dos partidos de esquerda em geral, descontentamento da classe operária, influência comunista no governo, influência comunista no meio militar, perigo comunista e subversão, sindicalismo); 3 – Razões militares (crise hierárquica militar, insatisfação dos militares com remuneração, interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militar e redução do orçamento militar); 4 – Razões econômicas (estagnação econômica, fim da etapa fácil de substituição de importações, inflação); 5 – Influências externas (influência militar norte-americana, significativo apoio do governo norte-americano).” No entanto, conforme discutimos acima, os antecedentes do golpe evidenciam que ele ainda é um fenômeno complexo e polêmico e oferece uma gama de explicações e interpretações variável, conforme a visão, o ângulo de observação, os interesses e mesmo a formação de quem o analisa.

CONCLUSÃO

Portanto, conforme vimos no decorrer do trabalho, a conclusão sobre o entendimento das razões que levaram ao golpe militar de 1964 é uma tarefa incompleta. Isso se deve as diferentes interpretações dos trabalhos acadêmicos que a cada ano surgem para discutir esse período da história, buscando novos entendimentos, além da visão tradicional, que defende a tese de conspiração internacional sobre a queda de João Goulart do poder.

As razões apontadas para explicar o golpe de 1964 variam muito. Alguns defendem o golpe como sendo decorrente das crises internas como o problema da crescente inflação que assolava o país e causava o descontentamento dos assalariados, além da instabilidade governamental, desintegração do sistema partidário, virtual paralisia da capacidade decisória do legislativo e atitudes equivocadas por parte do Presidente Goulart. Tudo isso, complementado naturalmente, pelo fantasma assustador da Revolução Cubana. Para estes, o golpe foi uma “coisa feita” no Brasil e teria sido um reclame das classes médias, que se sentiam asfixiadas com a estagnação e ameaças ao sistema econômico como um todo.

Para os defensores da tese de conspiração internacional, a famosa operação Brother San, atribuída à CIA, era mais uma prova de que os americanos souberam do golpe com antecedência e também estavam profundamente envolvidos para defender seus interesses econômicos diante das ameaças comunistas no Brasil naquele período de Guerra Fria. A esquerdização do Brasil era um pesadelo para os americanos, em especial, para o Presidente Kennedy, que se preocupava com a possibilidade de ser acusado da perda do Brasil, assim como Truman, foi acusado pela perda da China. Dessa forma, as influências externas foram tremendamente importantes para a derrubada de Goulart do poder.

No entanto, os acontecimentos evidenciam que o golpe de 1964 ainda é um fenômeno complexo e polêmico. Oferece uma gama de explicações e interpretações variáveis, conforme a visão, o ângulo de observação, os interesses e mesmo a formação de quem o analisa. Enquanto os militares tendem a concentrarem suas análises no temor de comunização do país e na ameaça à disciplina e hierarquia, outra corrente defende a tese de que houve uma intervenção externa nos rumos do país que teve como princípio básico manter os monopólios econômicos das empresas estrangeiras no Brasil.

Apesar da dinâmica prevalente da crise ter sido brasileira, 1964 constitui, sem dúvidas, um episódio do “conflito sem confronto”, decidido ao redor do mundo, para usar uma óbvia analogia, como um jogo de xadrez. E, em 1964, “no jogo de xadrez das superpotências em defesa de seus interesses econômicos em solo nacional, o peão brasileiro era, na verdade, uma rainha estratégica”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

BUENO, Eduardo. História do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 1997.

CARVALHO, Olavo de. A Nova Era e a Revolução Cultural: Frijtof Capra & Antonio Gramsci. 2ª ed. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmi, 1994.

_____. O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras. 4ª ed. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora e Academia Brasileira de Filosofia, 1996.

MEIRA PENNA, José Osvaldo de. Decência Já. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SCARTEZINI, A. C. Segredos de Médici. São Paulo: Marco Zero, 1985.

VIZENTINI, Paulo F. A política externa do regime militar brasileiro (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

AUGUSTO, Agnaldo D. N. A grande mentira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

CANTARINO, Geraldo. 1964, a revolução para inglês ver. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

BANDEIRA, Luiz A. M. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. Unb, 2001.

- BITTMAN, Ladislav. The KGB and the soviet disinformation: an insider's view. Estados Unidos da América: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers, 1985.
- CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992.
- CORRÊA, Marcos S. 1964, visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- BLACK, Jan K. United States penetration of Brazil. Estados Unidos da América: University of Pennsylvania Press, 1977.
- COUTO, Adolpho J. de P. Revolução de 1964, a versão e o fato. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- D'ARAUJO, M. C; SOARES, G. A. D; CASTRO, C. Visões do golpe: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GORDON, Lincoln. A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo. São Paulo: SENAC, 2002.
- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 6^a ed. São Paulo: Ática, 1999.
- MEIRA PENNA, José O. de. O espírito das revoluções: da revolução gloriosa a revolução liberal. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1997.
- MIR, Luís. A revolução impossível. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MORAES NETO, Geneton. Dossiê Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MOURÃO FILHO, Olympio. Memórias: a verdade de um revolucionário. 4^a ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

PEDREIRA, Fernando. Março 31: civis e militares no processo da crise brasileira. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

PINHEIRO NETO, João. Jango: um depoimento pessoal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SILVA, Hélio. 1964: golpe ou contra-golpe? Porto Alegre: L&PM, 1978.

_____. 1964, vinte anos de golpe militar. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. O Brasil visto de fora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. Politics and economic policy making in authoritarian Brazil, 1937-71. in Authoritarian Brazil: origins, policies and future, ed. Alfred Stepan. Estados Unidos da América: Yale University Press, 1973.

DREIFUSS, Rene Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. IBAD: sigla da corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961- 1964. São Paulo: Paz e terra, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o golpe de 1964. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VISÕES do golpe: a memória militar sobre 1964/Introdução e organização [de] Maria Celina D'Araujo, Glaucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

O'DONNELL, G. BA: Reflexões sobre os Estados burocráticos autoritários. São Paulo: Vértice, 1987.

GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, W. G. 64: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

PAES, Maria Helena Simões. A Década de 60/Rebeldia/Contestação e Repressão Política. 3ª. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

WESSON, Robert; FLEISCHER, David V. Brazil in transition. EUA: Praedger Publishers, 1983.

FRÓS, Hermílcio. Vésperas do 1º de abril ou nacionalistas x entreguistas. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

COUTO, Ronaldo Costa. História Indiscreta da Ditadura e da Abertura: Brasil: 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Publicações periódicas:

MACHADO PEIXOTO, João P. Porquê os militares intervêm na política? Brasil 1964, um estudo de caso. in Política & Estratégia. Vol. IV, número 3. Julho – Setembro de 1986. São Paulo: Centro de Estudos Estratégicos Convívio. Sociedade Brasileira de Cultura.

PASSARINHO, Jarbas. Pode a história ser apagada? O Estado de São Paulo, 8 de abril de 2003.

Internet:

CARVALHO, Olavo de. Derrubando a história oficial de 1964. Disponível em: <<http://midiasemmascara.org/materia.asp?cod=91>>. Acesso em 11 de abril de 2005.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – FACE
CURSO DE HISTÓRIA

**A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NA CRISE BRASILEIRA DE
1961 A 1964**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de licenciatura em História
no Centro Universitário de Brasília-UniCEUB.

Professor Orientador: Rubens Câmara de
Carvalho Filho.

Brasília/DF, 16 de Junho de 2005.

“Contar é muito dificultoso.
Não pelos anos que se passaram,
Mas pela astúcia que tem certas coisas passadas.”
João Guimarães Rosa

“Mas ainda é tempo de viver e contar.
Certas histórias não se perderam.”
Carlos Drummond de Andrade

“Nada de parar. Devemos continuar a escavar!
Cada vulto, gesto, palavra ou canção que parecia
Perdida pra sempre, uma vez reencontrado,
Nos ajuda a sobreviver.”
Noberto Bobbio

Agradeço a Deus por ter me guiado até aqui
sempre presente em minha vida.

Ao meu amigo e orientador Cláudio Heckmann
que sempre me apoiou nas horas mais difíceis.

A minha mãe que sempre acreditou em mim.

Aos meus amigos pelo apoio moral.

Brasília/DF, 16 de Junho de 2005.

Sumário

Siglas utilizadas, p. v

Introdução, p. 1

1. A CRISE POLÍTICA E A DERRUBADA DO GOVERNO GOULART: CAUSAS DOMÉSTICAS, p. 3

1.1 – 1964: golpe ou revolução?, p. 9

1.2 – 1964: como um contra-golpe?, p. 11

2. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A DEPOSIÇÃO DE JANGO, p. 24

2.1 – EUA e a deposição: papel principal ou participante?, p. 30

3. 1964: O GOLPE VEIO DE WASHINGTON? P. 35

Conclusão, p. 45

Referências Bibliográficas, p. 48

Siglas utilizadas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

CIA – Central Intelligence Agency

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FFAA – Friend Family Association of America

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEI – Política Externa Independente

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

CAMDE – Campanha da Mulher em Defesa da Democracia

UNE – União Nacional dos Estudantes

PIB – Produto Interno Bruto

JK – Juscelino Kubitschek